

Revista de Gestão 2014 - 2016



Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - Ceará



Dois anos de conquistas e desafios



PRESTAÇÃO
JURISDICIONAL



PROCESSOS
INTERNOS



RESPONSABILIDADE
SOCIAL



EVENTOS



AMPLIAÇÃO
E REFORMAS



COMUNICAÇÃO
SOCIAL

Revista de Gestão 2014 - 2016



Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - Ceará

EXPEDIENTE

Revista de Gestão 2014-2016
Tribunal Regional do Trabalho
da 7ª Região - Ceará

Criação
Divisão de Comunicação Social do TRT/CE

Diretor de Comunicação Social
Odenes Uchôa

Textos
Hugo Cardim e Odenes Uchôa

Projeto gráfico
Hugo Cardim

Diagramação
Hugo Cardim e Paulo Chaves

Fotos
Carlos Cunha, Isadora Rebouças,
Luiz Carlos Martins e iStock

Revisão
Rosângela de Aguiar Muniz Bandeira

Divisão de Comunicação Social
Rua Vicente Leite, 1.281, 1º andar, Anexo II do TRT/CE
Aldeota, Fortaleza - Ceará - CEP 60.170-150
Telefone: (85) 3388-9426/9428
E-mail: csocial@trt7.jus.br

COMPOSIÇÃO 2014-2016

Desembargador-Presidente
Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior

Desembargador Vice-Presidente
Plauto Carneiro Porto

Desembargador-Corregedor Regional
Jefferson Quesado Júnior

Desembargadores do Trabalho
Antonio Marques Cavalcante Filho
Dulcina de Holanda Palhano
José Antonio Parente da Silva
Cláudio Soares Pires
Maria José Girão
Maria Roseli Mendes Alencar
Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Durval César de Vasconcelos Maia
Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque
Francisco José Gomes da Silva
Emmanuel Teófilo Furtado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Aderbal Nunes Freire do TRT 7ª Região

B823r Brasil. Tribunal Regional do Trabalho (7ª Região)
Revista de gestão: 2014-2016/ Tribunal Regional do
Trabalho da 7ª Região. - Fortaleza: TRT 7ª Região, Divisão de
Comunicação Social, 2017.
100p. : il.; 31cm.

1. Tribunal Regional do Trabalho - Ceará. 2. Adminis-
tração. 3. Prestação jurisdicional. 4. Processos internos.
I. Título.

CDDir/CDU: 341.68(813.1):658

SUMÁRIO

POSSE	7
PERFIL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DO CEARÁ	8
COMPOSIÇÃO DO TRT/CE	9
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	10
PROCESSOS INTERNOS	24
RESPONSABILIDADE SOCIAL	40
EVENTOS	68
AMPLIAÇÃO E REFORMAS	82
COMUNICAÇÃO SOCIAL	92

Apresentação

Foi com muita honra que assumi a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Uma honra inicialmente afetada por certa dose de orgulho, diante do atingimento de um dos postos mais importantes da vida profissional de um magistrado, após longa trajetória, como juiz de primeiro e de segundo grau.



■ Quem me conhece sabe que nunca deixei que esse sentimento de orgulho avançasse demais e se transformasse em vaidade ou soberba, pois sempre considerei que tal cargo deveria ser encarado como missão, um enorme desafio, ao qual me submeti por amor à minha verdadeira vocação, que é o exercício da magistratura.

Honrou-me, pois, por poder conduzir um tribunal composto por tão valiosos magistrados, de primeiro e segundo graus, que se dedicam ao seu mister cotidiano com inigualável excelência funcional, com sacrifícios sem par, com verdadeiro amor à Justiça, que buscam estabelecer o

equilíbrio social, mesmo em face a tantas agruras.

Superamos tudo com harmonia, com apoio incondicional e auxílio dos colegas do Plenário deste Tribunal e dos colegas magistrados de primeiro grau. A eles meu agradecimento.

Gostaria de dar destaque, porém, entre meus companheiros do Plenário, àqueles que foram fundamentais para que esta administração chegasse a bom termo, no caso, os desembargadores Plauto Carneiro Porto e Jefferson Quesado Júnior, respectivamente, vice-presidente e corregedor.

Neles encontrei, nos momentos mais difíceis, a luz e a força necessária para superá-los. Muitas vezes eles próprios foram os verdadeiros autores das soluções de problemas os mais difíceis.

Agradeço imensamente a esses meus companheiros.

Falo, agora, brevemente, das realizações de nossa administração, num resumo que se procura retratar nesta publicação, tão zelosamente preparada pelos servidores da Comunicação Social.

Destaco que, como juiz vocacionado, minha principal meta foi propiciar ao jurisdicionado uma célere e eficaz prestação jurisdicional.

Nesse sentido, minha primeira ação foi a de conseguir destravar duas vagas de juiz substituto, que estavam bloqueadas há mais de dois anos, tendo obtido, com o apoio da Amatra VII e da Anamatra, sucesso nesse projeto.

Conseguimos aprovar, junto ao CNJ e já em algumas comissões da Câmara Federal, dois projetos de criação de cargos, de juízes e servidores, inclusive de TI.

Demos continuidade ao projeto iniciado na administração de minha antecessora, projeto encabeçado pelo corregedor regional, desembargador Jefferson Quesado Júnior, que resolveu uma

imensidão de processos de execução, que estavam parados ou se arrastando há anos. A Comissão para a Efetividade da Execução Trabalhista do TRT/CE encerrou suas atividades em março de 2016 com o total de 17.440 processos analisados e despachados. Desses, 14.190 foram encerrados e arquivados.

Foram vários os eventos e ações visando a essa almejada celeridade, como várias semanas de Execução e Conciliação, todas com enorme sucesso.

Por transformação, criamos a Divisão de Execuções Unificadas, Leilões e Alienações Judiciais, com seus respectivos setores, destacando-se o Núcleo de Pesquisas Patrimoniais.

Realizamos, com o apoio da Escola Judicial deste Tribunal, dirigida pela desembargadora Roseli Mendes Alencar, eventos outros como, por exemplo, o 7º Encontro Nacional de Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra), a Semana de Aprendizagem e vários eventos do Programa Trabalho Seguro, do Programa de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil, programas que não teriam tanto êxito sem o comando dos desembargadores Francisco José Gomes da Silva e Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno e, também, do juiz Carlos Alberto Rebonatto.

Em parceria com o CNJ, realizamos um evento de combate ao tráfico de pessoas e, em paralelo, passamos a integrar o Programa Ceará Pacífico, juntamente com várias

instituições deste Estado, na busca por amenizar a situação de grave violência que assola este País.

Realizamos, ainda, o Encontro de Bibliotecários da Justiça do Trabalho e a 1ª Semana de Saúde.

Relativamente à saúde dos servidores, criamos a Divisão de Saúde, inclusive com mais dois cargos de médico, a serem ainda preenchidos, e implantamos o bicicletário.

Criamos a Divisão de Manutenção, voltada para o acompanhamento das várias unidades criadas com o crescimento deste Tribunal, inclusive com o acréscimo de mais um cargo de engenheiro.

Não constituíam projetos meus a realização de grandes construções, mas, mesmo assim, para citar apenas algumas, foram ampliadas as instalações do Fórum de Caucaia, que passou a abrigar a 2ª Vara, concluímos o belo Fórum do Cariri e chegamos a 98,5% da conclusão de todas as instalações do Edifício Arízio de Castro, que integra o complexo do Fórum Autran Nunes. Iniciamos a construção de instalações modernas para abrigar vários setores no mezanino do Anexo I e, no

Aproveito a oportunidade para agradecer, de logo, a todos os servidores que me auxiliaram nesta missão. São muitos, aliás, quase todos, de modo que enumerá-los significaria cometer injustiças contra muitos. Esses servidores, de competência ímpar, tornaram possível que este Regional se destacasse no cenário nacional.

primeiro andar do Anexo II, mudanças relevantes para que todos os empregados de empresas terceirizadas pudessem ter onde se alimentar, trocar de roupa e guardar seus pertences com mais dignidade.

Agradeço em especial às pessoas mais importantes de minha vida, no caso, minha mulher, meus filhos e genro. Deles, minha Presidência tirou muito tempo de convivência.

Um conselho sábio, que segui por intuição, mas que deveria ser seguido por todos, é o de que:

“A melhor forma de vencer crises, de crescer pessoalmente e profissionalmente é ajudando uns aos outros a crescerem como seres humanos den-

tro de uma equipe coesa, respeitando as individualidades e descobrindo o que cada membro tem de melhor a oferecer.”

Agradeço, por fim, a Deus e a Maria, por estarem sempre ao meu lado, sendo meu auxílio e consolação nos momentos mais difíceis.

Posse: Desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior assume a Presidência do TRT/CE

■ O desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior foi empossado em cerimônia realizada no dia 13 de junho de 2014, no plenário do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará (TRT/CE). Eleito por unanimidade por seus pares no dia 8 de abril, assumiu a administração do TRT/CE com o vice-presidente, desembargador Plauto Porto, e com o corregedor regional, desembargador Jefferson Quesado Júnior.

“Não vislumbro nenhuma meta e nenhum projeto melhor para um tribunal do que envidar todos os esforços no sentido de que esta instituição possa fazer aquilo para a qual foi criada, ou seja, propiciar ao jurisdicionado uma célere e eficaz prestação jurisdicional”, afirmou, em seu discurso de posse, o desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior.

O novo presidente do TRT/CE tinha sob sua responsabilidade um tribunal cujas unidades judiciais de primeira instância apresentavam, por ano, uma média de 54 mil novas reclamações trabalhistas. Na segunda instância, eram cerca de 10 mil novos processos.

Presidente: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior é natural de Fortaleza e ingressou na magistratura em 1988, como juiz do trabalho substituto. Presidiu varas do trabalho nos municípios de Crato, Sobral, Fortaleza e Caucaia. Em outubro de 2011, por merecimento, foi nomeado desembargador.



Vice-Presidente: Plauto Carneiro Porto ingressou na Justiça do Trabalho do Ceará em 1975, como servidor. Em 1988, foi aprovado em concurso público para o cargo de juiz do trabalho substituto. Foi promovido ao cargo de juiz titular em 1992. Presidiu varas do trabalho no Crato, em Limoeiro do Norte e em Fortaleza. É desembargador do TRT/CE desde março de 2012.



Corregedor-Regional: Jefferson Quesado Júnior é juiz do trabalho desde 1989. Foi promovido por merecimento em outubro de 1992, quando se tornou juiz titular da vara do trabalho de Iguatu. Também foi titular em Quixadá, Baturité e na 7ª Vara de Fortaleza. Foi promovido ao cargo de desembargador em janeiro de 2013.



Perfil da Justiça do Trabalho do Ceará

■ O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará atualmente é composto por 14 desembargadores. São onze desembargadores de carreira, dois provenientes do Ministério Público e um da advocacia.

A Justiça do Trabalho do Ceará possui 37 varas do trabalho. São 18 em Fortaleza e 19 localizadas nos municípios de Caucaia (2), Maracanaú (2), Juazeiro do Norte (3), Sobral (2), Aracati, Baturité, Crateús, Iguatu, Limoeiro do Norte, Pacajus, Quixadá, Tianguá, Eusébio e São Gonçalo do Amarante. Todos os 184 municípios cearenses estão sob a jurisdição de alguma vara trabalhista. Todas as unidades de primeiro e de segundo grau do TRT/CE operam com o Processo Judicial Eletrônico.

A Justiça do Trabalho do Ceará conta com um quadro de 68 juízes do trabalho, sendo 37 titulares e 31 substitutos. 1037 servidores auxiliam os magistrados a solucionar conflitos trabalhistas.

O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará conta com três Turmas Recursais. Elas funcionam com quatro desembargadores cada uma. Os julgamentos das turmas acontecem no edifício sede, onde também estão localizadas a Presidência, a Vice-Presidência e a sala de sessões do Tribunal Pleno.

NÚMEROS

75 anos de existência

37 varas do trabalho

14 desembargadores

37 juízes titulares

31 juízes substitutos

1.037 servidores



O Fórum Autran Nunes, no centro de Fortaleza, abriga as 18 varas do trabalho da capital

Composição do TRT/CE Biênio 2014-2016



**Francisco Tarcísio Guedes
Lima Verde Júnior**
Desembargador-Presidente



Plauto Carneiro Porto
Desembargador
Vice-Presidente



Jefferson Quesado Júnior
Desembargador-Corregedor
Regional



Desembargadores do Trabalho
**Antonio Marques Cavalcante Filho, Dulcina de Holanda Palhano, José Antonio Parente da Silva, Cláudio Soares Pires,
Maria José Girão, Maria Roseli Mendes Alencar, Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno, Durval César de Vasconcelos Maia,
Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque, Francisco José Gomes da Silva e Emmanuel Teófilo Furtado**

Prestação Jurisdicional





“Não vislumbro nenhuma meta e nenhum projeto melhor para um tribunal do que envia todos os esforços no sentido de que esta instituição possa fazer aquilo para a qual foi criada, ou seja, propiciar ao jurisdicionado uma célere e eficaz prestação jurisdic-

cional”. A frase, extraída do discurso de posse do desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, já refletia qual seria a tônica de sua administração: conjugar todos os esforços para entregar à população jurisdicionada um serviço rápido e eficiente.

Ainda nos primeiros dias de sua gestão, o presidente, com o corregedor regional, desembargador Jefferson Quesado Júnior, anunciava uma agenda propositiva com o objetivo de dar maior efetividade à execução trabalhista. Entre as medidas a serem implementadas, estavam a realização de feirões de bens de devedores, a criação de um Núcleo de Pesquisa Patrimonial, além da realização de cursos para capacitar

advogados, calculistas e assistentes de juízes.

A preocupação dos gestores tinha fundamento. Havia aproximadamente 90 mil processos pendentes de execução na Justiça do Trabalho do Ceará em 2014. Para reduzir esse acervo e garantir que trabalhadores recebessem os créditos a que tinham direito, a gestão 2014-2016 criaria, ainda, uma comissão formada por magistrados e servidores para atuar em parceria com as varas trabalhistas, auxiliando-as na solução dos processos nessa fase.

O trabalho da Comissão para a Efetividade da Execução Trabalhista, em conjugação com as demais iniciativas, não tardou a apresentar resultados. O Relatório do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho referente ao período de janeiro a maio de 2015 mostra o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará como o Regional que, proporcionalmente, mais resolveu processos em fase de execução entre os 24 TRTs. Nos primeiros cinco meses do ano, foram iniciados 5.987 e baixados 12.648 processos em execução.

A Comissão para a Efetividade da Execução Trabalhista do TRT/CE encerrou suas atividades em março de 2016 com o total de 17.440 processos analisados e despachados. Desses, 14.190 foram encerrados e arquivados.

A gestão 2014-2016 do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará ainda tomaria mais uma iniciativa para dar efetividade à execução. Em setembro de 2015, durante o último dia da Semana da Execução Trabalhista, o Regional e a Caixa Econômica Federal celebraram termo de cooperação com o objetivo de reduzir a quantidade de processos em fase de execução em que o banco é parte.

A iniciativa, somada ao empenho de magistrados e de servidores, levou a Justiça do Trabalho do Ceará a destacar-se na Semana da Execução Trabalhista de 2015. De acordo com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o TRT/CE foi o quinto Regional que mais arrecadou durante aquele mutirão. Ficou atrás apenas de tribunais de grande porte, como os de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e de Campinas.

Núcleo para rastrear bens de devedores



■ O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará divulgou, em setembro de 2014, detalhes da criação de uma agenda propositiva para garantir o pagamento de créditos a cidadãos que venceram disputas trabalhistas. Foram anunciadas a realização de feirões de bens de devedores, a criação de um Núcleo de Pesquisa Patrimonial, além da realização de cursos para capacitar advogados, calculistas e assistentes de juízes.

O detalhamento da agenda foi feito pelo presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior, e pelo corregedor regional, desembargador Jefferson Quesado Júnior, no Fórum Autran

Nunes. A iniciativa integrava as ações realizadas pelo Tribunal durante a Semana Nacional de Execução Trabalhista, realizada de 22 a 23 de setembro daquele ano.

Diferentemente dos leilões, realizados apenas a cada quatro meses, o feirão permite que o TRT/CE realize, a qualquer momento, a venda direta de bens levados anteriormente a leilão. Já o Núcleo de Pesquisa Patrimonial é especializado no rastreamento de bens e de valores bancários em nome de devedores e sócios de empresas com débitos. Ele também tem à disposição dos magistrados ferramentas que permitem identificar se os devedores transferiram bens para laranjas.

O Núcleo de Pesquisa Patrimonial é especializado no rastreamento de bens e de valores bancários em nome de devedores e sócios de empresas com débitos

Leilões arrecadaram R\$ 8,5 milhões

■ Os cinco leilões realizados pela Justiça do Trabalho do Ceará durante a gestão 2014-2016 somaram R\$ 8,5 milhões. O dinheiro foi utilizado para o pagamento de milhares de trabalhadores que venceram disputas trabalhistas, mas ainda não haviam recebido seus créditos. Foram colocados à venda lotes com bens penhorados em Fortaleza e Região Metropolitana.

Na lista de bens levados a leilão, havia veículos, imóveis, computadores, máquinas industriais, roupas e equipamentos em geral. Os leilões foram realizados nos meses de setembro e dezembro de 2014. Em 2015, os leilões aconteceram em março, setembro e dezembro.



Os leilões realizados pela Justiça do Trabalho do Ceará somaram R\$ 8,5 milhões

Feirão da Justiça do Trabalho



Em uma iniciativa inovadora, a gestão 2014-2016 realizou, na primeira semana de novembro de 2014, o seu 1º Feirão de bens móveis. Veículos, máquinas industriais, equipamentos de informática e roupas foram vendidos com lance mínimo a partir de 20% do valor da avaliação. A negociação foi realizada diretamente em três depósitos localizados em Fortaleza e no Eusébio.

A principal diferença do Feirão em relação a um leilão é que os lotes são ofertados com lance mínimo bastante reduzido, com descontos de até 85% no valor de avaliação. Outra vantagem é que o comprador vê, durante a negociação, o que está comprando, pois a venda é realizada dentro do depósito onde os bens estão armazenados.

O 2º Feirão da Justiça do Trabalho do Ceará, ocorrido nos dias 27 e 28 de julho de 2015, conseguiu vender 58% dos bens que estavam penhorados para pagar dívidas a trabalhadores. O percentual é quase o dobro da média, de 30%, alcançada em leilões. Do total de 26 lotes,

O 2º Feirão da Justiça do Trabalho do Ceará conseguiu vender 58% dos bens que estavam penhorados

15 foram vendidos. O valor arrecadado foi de cerca de R\$ 14 mil.

Com R\$ 10 mil era possível fazer uma oferta para um veículo blindado ano 1999, em bom estado de conservação, câmbio automático e banco de couro. Um ônibus, fabricado em 1998 e avaliado em R\$ 45 mil, teve lance inicial de R\$ 9 mil. “Além do valor, outra grande diferença entre o feirão e os leilões é o fato de que o comprador vê, durante a negociação, o que está comprando, pois a venda é realizada dentro do depósito onde os bens estão armazenados”, destaca o juiz do trabalho André Barreto.

“Além do valor, outra grande diferença entre o feirão e os leilões é o fato de que o comprador vê, durante a negociação, o que está comprando”

André Barreto é o juiz do trabalho coordenador dos leilões na Justiça do Trabalho do Ceará



Correição: Ministro Brito Pereira elogia boas práticas



O corregedor geral da Justiça do Trabalho esteve no TRT/CE em outubro de 2014 para correição

Após cinco dias analisando processos, dados estatísticos e o desempenho de magistrados e de servidores do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, o então corregedor geral da Justiça do Trabalho, ministro João Batista Brito Pereira, divulgou, no dia 17 de outubro de 2014, os resultados da correição. O relatório apresentado ressaltava as boas práticas adotadas pelo Regional para aperfeiçoar seus serviços judiciais e administrativos.

“Há de se render elogios às boas práticas adotadas tanto na estrutura administrativa quanto na judiciária”, declarou o ministro. Medidas como a implantação do Processo Administrativo Eletrônico, do Manual de Atividades do Controle Interno e do Projeto Saúde em Pauta foram citadas no relatório como iniciativas positivas. O documento destacava ainda o Programa de Governança

de Pessoas, por usar metodologia inovadora em sua implantação.

Na área judicial, chamou atenção do corregedor geral a criação da Comissão para Efetividade da Execução Trabalhista, que tem o objetivo de propor e planejar ações para solucionar processos em fase de execução.

“Há de se render elogios às boas práticas adotadas tanto na estrutura administrativa quanto na judiciária”

A leitura do relatório do corregedor geral foi acompanhada por servidores, magistrados, representantes da OAB e pela imprensa





Movimento pela conciliação

Semana da Execução Trabalhista 2014

Os trabalhadores do Ceará receberam R\$ 33,1 milhões durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista realizada entre 22 e 29 de setembro de 2014. Foram realizadas 982 audiências, às quais compareceram 2.951 pessoas. O principal objetivo da ação era garantir o pagamento de créditos a cidadãos que possuíam sentença definitiva favorável, mas ainda não haviam recebido o que lhes era devido.

Dos R\$ 33,1 milhões, R\$ 20,37 milhões foram obtidos por meio de acordos. Foi realizado o bloqueio de R\$ 5,01 milhões encontrados em contas

bancárias de devedores. O pagamento de outros R\$ 6,05 milhões foi garantido após leilão de bens apreendidos. Além disso, o mutirão garantiu o recolhimento de R\$ 1,69 milhão para a Previdência Social e para a Receita Federal.

As 37 varas do trabalho cearenses agendaram 2.407 audiências para a Semana Nacional da Execução Trabalhista. Durante cinco dias, juizes e servidores do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará promoveram acordos, rastreamento de bens e valores em contas-correntes em nome dos devedores. O objetivo era assegurar o pagamento das dívidas trabalhistas.

Semana da Execução Trabalhista 2015

A 5ª Semana da Execução Trabalhista, ocorrida entre os dias 21 e 25 de setembro de 2015, rendeu R\$ 33,1 milhões para os trabalhadores cearenses. A soma foi fruto de 1.558 audiências de conciliação realizadas na primeira e segunda instâncias da Justiça do Trabalho do Ceará, que resultaram em 604 acordos homologados. Nos cinco dias do mutirão, magistrados e servidores atenderam cerca de quatro mil pessoas.

Para os cinco dias da Semana, trabalhadores e empregadores agendaram mais de 2.600 audiências no primeiro e segundo graus da Justiça do Traba-

lho do Ceará. Foram 2.400 audiências marcadas para varas do trabalho da capital e do interior e mais de 200 para o Tribunal.

Destaques para os acordos firmados em precatório. Os 47 acordos homologados nesse tipo de processo somaram mais de R\$ 13 milhões. Os beneficiados são todos servidores do Estado do Ceará, único ente público que optou por fazer conciliações durante a Semana. No segundo grau, foram homologados 72 acordos e arrecadados R\$ 9,2 milhões. As 37 varas do trabalho do Estado somaram R\$ 9,3 milhões com 485 acordos homologados.



Na Semana da Execução 2014, foram realizadas 982 audiências, às quais compareceram 2.951 pessoas

Na Semana da Execução 2015, trabalhadores e empregadores agendaram mais de 2.600 audiências



Movimento pela conciliação

Homenagens

Magistrados e servidores da 11ª e da 8ª Varas do Trabalho de Fortaleza receberam homenagens no Tribunal e no Fórum pelo desempenho na 5ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada no período de 21 a 25 de setembro de 2015. As duas unidades foram as que mais arrecadaram e realizaram audiências de conciliação durante o evento.

As juízas do trabalho Ana Luíza Bezerra, titular da 11ª Vara do Trabalho de Fortaleza, e Rosa de Lourdes Bringel, titular da 8ª Vara, receberam placas após sessão do Tribunal Pleno. As unidades que presidem foram campeãs em arrecadação, com quase R\$ 2 milhões, e em número de audiências de conciliação, com 83 audiências realizadas, respectivamente. Os servidores das unidades receberam medalhas e diplomas em solenidade realizada no Fórum.

A Justiça do Trabalho do Ceará foi um dos destaques da Semana Nacional da Execução Trabalhista de 2015. De acordo com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o TRT/CE foi o quinto Regional que mais arrecadou durante o mutirão. Ficou atrás apenas de tribunais de grande porte, como os de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas.



O desembargador Jefferson Quesado entregou placa de homenagem à juíza Ana Luíza Bezerra, titular da 11ª Vara do Trabalho de Fortaleza



A juíza Rosa Bringel, titular da 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza, recebeu homenagem pelos bons resultados alcançados pela unidade na Semana da Execução



Movimento pela conciliação

Semana Nacional da Conciliação 2014

■ A disposição de patrões e de empregados do Ceará em colocar fim a conflitos trabalhistas garantiu a quitação de R\$ 11,5 milhões em dívidas. Os valores foram arrecadados durante a Semana Nacional da Conciliação, realizada de 24 a 28 de novembro de 2014. No total, 3.294 pessoas compareceram às audiências realizadas na Justiça do Trabalho do Ceará, durante os cinco dias de mutirão.

Para agendar processos para a Semana da Conciliação, o TRT/CE colocou um telefone 0800 à disposição da população. Os interessados também puderam agendar audiências por

meio de formulário eletrônico disponível no *site* do TRT/CE. Alguns advogados e partes preferiram comparecer pessoalmente às varas do trabalho e ao Tribunal e solicitar a inclusão de processos para conciliação.

A Semana Nacional da Conciliação é coordenada em todo o país pelo Conselho Nacional de Justiça e envolve todos os ramos do Poder Judiciário. O mutirão é realizado desde 2006 e tem como objetivo solucionar o maior número possível de processos por meio de acordos e reduzir o acervo de processos da Justiça brasileira.

Semana Nacional da Conciliação 2015

■ Os acordos realizados pela Justiça do Trabalho do Ceará durante a Semana Nacional da Conciliação, que aconteceu no período de 23 a 27 de novembro de 2015, renderam mais de R\$ 18 milhões para os trabalhadores cearenses. Ao todo, foram realizadas 1.700 audiências que resultaram em 1.034 acordos homologados.

No segundo grau, desembargadores realizaram 322 audiências de conciliação com 180 acordos, perfazendo um total de R\$ 5 milhões. A 1ª Vara do Trabalho de Fortaleza foi a que mais arrecadou.

Os 23 acordos homologados pela unidade resultaram em R\$ 2,3 milhões. Já a unidade judiciária de primeiro grau que mais realizou acordos foi a Vara do Trabalho de Pacajus, na Região Metropolitana de Fortaleza. Foram 134 audiências realizadas, que terminaram em 122 acordos.

Os 13 acordos envolvendo pagamento de precatórios foram responsáveis pela soma de R\$ 3,8 milhões. Todos os processos envolviam o Estado do Ceará, único ente público que optou por fazer acordos durante o mutirão.



3.294 pessoas compareceram às audiências realizadas na Justiça do Trabalho do Ceará, durante a Semana da Conciliação 2014

1.034 acordos foram homologados durante a Semana da Conciliação 2015





Movimento pela conciliação

1ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista

Os acordos realizados pela Justiça do Trabalho do Ceará durante a 1ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista somaram R\$ 13,1 milhões. No período de 16 a 20 de março de 2015, foram realizadas 1.309 audiências e atendidas 3.608 pessoas nas 37 varas do trabalho e no Tribunal. Foram homologados um total de 733 acordos durante a Semana.

O evento foi coordenado em todo o país pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e tinha o objetivo de solucionar o maior número possível de processos por meio de acordos.

Precatórios - De acordo com a juíza responsável pelos precatórios no TRT/CE,

Gláucia Monteiro, foram agendadas 45 audiências, realizadas 40 e homologados 29 acordos, que resultaram em R\$ 4,4 milhões para os trabalhadores. Todos os acordos tiveram como parte o Estado Ceará, único ente público que fez opção em participar das conciliações.



Foram homologados 733 acordos durante a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista

R\$ 13,1 milhões renderam os acordos realizados durante a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista





Movimento pela conciliação

Reconhecimento do CNJ



TRT/CE garantiu a quitação de R\$ 11,5 milhões em dívidas trabalhistas durante a Semana Nacional da Conciliação 2015

■ O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará recebeu, em julho de 2015, o Prêmio Conciliar É Legal entregue pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao final de sua 29ª Sessão Extraordinária, em Brasília. O TRT/CE foi o vencedor da categoria Prêmio Especial de Qualidade, criado para mensurar o grau de satisfação dos usuários com os conciliadores e com o Tribunal, durante a Semana Nacional da Conciliação.

Ao todo, 28 práticas foram homenageadas pelo Comitê Gestor do Movimento pela Conciliação do CNJ, que, desde 2010, busca identificar, premiar e disseminar ações de modernização no âmbito do Poder Judiciário que este-



Desembargadora Regina Gláucia Nepomuceno recebe, em nome do TRT/CE, o prêmio Conciliar É Legal, do CNJ

jam contribuindo para a aproximação e pacificação das partes.

Resultados - Durante a Semana Nacional da Conciliação promovida pelo CNJ, a Justiça do Trabalho do Ceará garantiu a quitação de R\$ 11,5 milhões

em dívidas trabalhistas. No total, 3.294 pessoas compareceram às audiências realizadas no período de 24 a 28 de novembro de 2014. Cinco desembargadores e 34 juízes realizaram 1.670 audiências, que resultaram em 580 acordos.

Parceria para reduzir processos em execução



■ O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará e a Caixa Econômica Federal (CEF) celebraram Termo de Cooperação com o objetivo de reduzir a quantidade de processos em fase de execução, em que a Caixa é parte. O documento foi assinado pelo presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, e pelo gerente do Setor Jurídico da CEF, Juvenal Arruda Furtado, em setembro de 2015, durante o último dia da Semana Nacional da Execução Trabalhista.

Pelo Termo de Cooperação, as instituições se comprometem a reduzir prazos de duração de processos em execução e a aumentar o percentual de processos baixados por meio de audiências de conciliação. Para isso, as varas do trabalho têm 60 dias, a partir da notificação,



para marcar a audiência. A critério do Tribunal, as audiências podem ser concentradas no Núcleo de Conciliação do TRT/CE.

O Setor Jurídico da Caixa estima que existam cerca de três mil processos na Justiça do Trabalho do Ceará envolvendo a ins-

tuição. Em todo o país, são quase cem milhões de empregados e de ex-empregados contra a Caixa. Durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada no período de 21 a 25 de setembro, a CEF colocou mais de 80 processos em pauta.

O Termo foi assinado pelo presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, e pelo gerente do Setor Jurídico da CEF, Juvenal Arruda Furtado

Superando metas

■ Relatório do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho referente ao período de janeiro a maio de 2015 mostrava o Tribunal

Regional do Trabalho do Ceará como o Regional que, proporcionalmente, mais resolveu processos em fase de execução entre os 24 TRTs. Nos primeiros cinco meses do ano, foram iniciados 5.987 e baixados 12.648 processos em execução.

Todo o Judiciário Trabalhista tinha como meta baixar 317.128 processos em fase de execução nos cinco primeiros meses deste ano. Até maio, o total de execuções concluídas chegou a 360.745, 16% acima do quantitativo previsto.

“Grande parte da conquista apontada acima se deve ao Tribunal da 7ª Região, que superou sua meta em 111 pontos percentuais, atingindo a marca do Regional que, proporcionalmente, mais baixou execuções dentre os 24 TRTs”, ressalta trecho do relatório do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Além dos bons resultados relacionados à execução trabalhista, o TRT/CE também conseguiu cumprir 99% da meta que manda julgar um número maior de processos de conhecimento que os distribuídos e superar o percentual estipulado para o julgamento de processos antigos. Ainda de acordo

com o relatório, a Justiça do Trabalho do Ceará conseguiu diminuir seu acervo de grandes litigantes em 571 processos além do estabelecido, batendo a meta em 18 pontos percentuais.

No Índice de Alcançe das Metas, que avalia o grau de cumprimento das metas da Justiça do Trabalho constante em seu plano estratégico, o TRT/CE aparece com a maior pontuação do grupo de Regionais de médio porte, com 50 pontos. O índice o aproxima do TRT de São Paulo, que obteve a maior pontuação entre os Tribunais de grande porte e a segunda melhor da Justiça do Trabalho.

Novas súmulas

Estão vigorando, desde o dia 15 de setembro de 2015, cinco novas súmulas e duas teses jurídicas prevalecentes do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará. Os textos uniformizam decisões do Tribunal e devem orientar as decisões de juízes e de desembargadores. Com os novos textos, o TRT/CE passou a contar com um total de nove súmulas.



Auxílio judiciário

Devido ao sucesso da Comissão para a Efetividade da Execução Trabalhista, as varas do trabalho do Ceará receberam mais um reforço. Está em fase de implantação, desde o início de 2016, a Comissão para Auxílio Judiciário (CAJ). Formado por servidores lotados no gabinete do desembargador Jefferson Quesado Júnior, o grupo foi criado para auxiliar as unidades com elevada demanda processual ou que apresentem atrasos no andamento dos processos.

Ana Karina Bessa, coordenadora do CAJ, explica que, diferentemente da Comissão pela Efetividade da Execução Trabalhista, criada em 2014 e voltada exclu-

sivamente para examinar processos em fase de execução, o grupo tem uma função mais ampla, o que lhe permite auxiliar em todo tipo de expediente, desde simples notificações até despachos. “O CAJ está preenchendo uma lacuna em função do número reduzido de servidores e da elevada quantidade de processos”, esclarece a servidora.

Desde o início de 2016, o grupo realiza um trabalho-piloto na 1ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Até março, já haviam sido feitos 707 Baccenjud, 275 despachos, 400 Renajud e 200 Siarco/Infojud. O que, de acordo com a Corregedoria Regional, “impulsionou sobremaneira a efetividade da execução”.

Efetividade na execução

A Comissão para a Efetividade da Execução Trabalhista do TRT/CE iniciou suas atividades em 2014 para auxiliar as varas do trabalho a resolver processos em fase de execução. Essa Comissão encerrou suas atividades em março de 2016 com o total de 17.440 processos analisados e despachados. Desses, 14.190 foram encerrados e arquivados.

A Comissão foi criada em 2014 pela Portaria nº 43 e tinha como objetivo propor, planejar e auxiliar a implantação de ações voltadas a conferir maior efetividade à execução trabalhista na Justiça do Trabalho do Ceará.

Compuseram a Comissão os juízes do trabalho Ney Fraga Filho, Rafaela Queiroz de Sá e Benevides, André Braga Barreto e Fabrício Augusto Bezerra e Silva, além dos servidores Ana Karina Menezes Bessa, Robson Lueders Martins, Vilebaldo Barbosa Martins Filho, Carolina Soares Cavalcanti Viana e Aline de Almeida Gomes.

A Comissão encerrou suas atividades com o total de 17.440 processos analisados e despachados



Ana Karina Bessa é coordenadora da Comissão para a Efetividade da Execução Trabalhista

Ouvindo o cidadão



■ Durante o biênio 2014-2016, a Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará registrou um total de 6.754 demandas, distribuídas entre pedidos de informação, pedidos de providência, denúncias, elogios e reclamações. O serviço funciona como um canal facilitador para atender as necessidades de informação e para promover um diálogo entre o TRT/CE e advogados, estagiários, juízes, servidores e usuários.

Os atendimentos referentes ao período englobam 2.364 pedidos de informação, 445 pedidos de providência, 64 denúncias, 54 elogios, 190 reclamações e 14 sugestões. Além disso, a coordenadora da Ouvidoria, Vivian Albuquerque, ressalta que são recebidas

muitas manifestações anônimas que, por determinação do Ato nº 174/2004, não podem ser registradas. Nesse caso, as manifestações são arquivadas.

A demanda principal da Ouvidoria, segundo a coordenadora, é a prestação de informações às partes, principalmente para acompanhamento processual, atuando como órgão facilitador na comunicação entre os cidadãos e o TRT/CE. A ideia é proporcionar amparo ao jurisdicionado, até mesmo àqueles assistidos por advogados, pois são comuns relatos de falta de assistência e de informação por parte dos profissionais.

Ações de comunicação - A Ouvidoria do TRT/CE foi tema do programa de TV da Justiça

Os atendimentos englobam

2.364 pedidos de informação, 445 pedidos de providência, 64 denúncias, 54 elogios, 190 reclamações e 14 sugestões

do Trabalho que foi ao ar pela TVC no dia 15 de janeiro de 2016. Participaram da entrevista o desembargador-ouvidor, Plauto Carneiro Porto, o presidente do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, desembargador José Otávio de Souza, e a coordenadora de serviços da Ouvidoria, Vivian Albuquerque.

Um novo layout para peças de divulgação foi desenvolvido pela Comunicação Social do Regional e apresentado em exposição no TST, em dezembro de 2015. Em março de 2016, o jornal interno Folha 7 publicou matéria informando meios de atendimento e divulgando a nova campanha publicitária.



Desembargadores Plauto Porto, ouvidor do TRT/CE, e José Otávio de Souza, presidente do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, em entrevista ao programa Justiça do Trabalho

Atividades da Corregedoria



Em março de 2016, a Vara do Trabalho de Aracati recebeu o corregedor regional, desembargador Jefferson Quesado Júnior, e sua equipe

■ Durante a gestão 2014-2016, a Corregedoria Regional realizou 75 correições nas 37 varas do trabalho do Ceará. Foram realizadas pelo menos duas correições ordinárias em cada vara. Também houve o acompanhamento da movimentação das atividades nas unidades de primeira instância com a verificação mensal de suas atividades por meio dos sistemas informatizados de acompanhamento processual - SPT1 e E-Gestão/ Sigen.

Assim como ocorre nas correições ordinárias, os dados disponíveis relativos ao acúmulo de processos e ao tempo médio de realização das tarefas nas varas da capital e no interior foram mensalmente analisados e solicitadas as providências nos casos de congestionamentos.

Esse sistema de trabalho, de acordo com a Corregedoria Regional, permitiu às varas terem uma maior compreensão do desenvolvimento de suas atividades. Ele também facilita a organização e o planejamento das tarefas, além de proporcionar melhor adaptação das unidades jurisdicionais aos sistemas E-Gestão/Sigen (atual Sicond) e PJe/JT.

In loco - Ao completar três anos de funcionamento, em março de 2016, a



A Corregedoria Regional realizou 75 correições nas 37 varas do trabalho do Ceará

Vara do Trabalho de Aracati recebeu o corregedor regional, desembargador Jefferson Quesado Júnior, e sua equipe. “Pudemos constatar que todas as atividades encontram-se em dia e respeitando os devidos prazos. Isso é fruto do trabalho de toda a equipe e também do compromisso do magistrado”, observou o corregedor. Aracati era a nona unidade da Justiça do Trabalho do Ceará a passar por correição naquele ano.





Os procedimentos internos, realizados por diferentes equipes de servidores da área administrativa do Tribunal, dão os meios necessários para que os trabalhos desenvolvidos na área-fim do Regional desenvolvam-se de forma a gerar um alto grau de satisfação aos jurisdicionados. Nessa perspectiva, as ações de planejamento estratégico e de capacitação, por exemplo, receberam atenção especial da gestão 2014-2016.

O Planejamento Estratégico é um processo gerencial de grande importância dentro das instituições de todos os portes e setores. Um bom planejamento impulsiona o órgão na direção correta, auxiliando-o para que possa antecipar-se às ameaças e fazer um diagnóstico de oportunidades e melhorias.

Na atual administração, o Planejamento Estratégico Institucional teve iniciado seu processo de revisão para um novo ciclo. Em concomitância a esse processo, a Secretaria de Gestão Estratégica realizou o monitoramento dos indicadores e metas, ampliou a atuação do Setor de Estatística com a instituição do

Módulo de Produtividade Mensal do Poder Judiciário, além de ter definido as bases para a implantação do Comitê de Gestão de Riscos.

Na outra ponta, as mudanças decorrentes dos novos paradigmas do mundo do trabalho obrigavam o setor público a promover qualificação, capacitação e aperfeiçoamento de seus servidores, objetivando a formação de quadros profissionais com novas competências.

A Escola Judicial do TRT/CE (Ejud7) e a Divisão de Recursos Humanos (DRH) compreenderam essa nova realidade e intensificaram suas ações no biênio 2014-2016. No período, a

Ejud7 promoveu 43 cursos para magistrados e servidores, que somaram mais de 450 horas/aula. Também organizou seminários, congressos e encontros, como a Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra).

Já a DRH deu continuidade ao processo de implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências e de ações voltadas para a qualidade de vida de magistrados e servidores. Destaques para os projetos Saúde em Pauta e Vida Nova, além da implantação da ginástica laboral, que chegou a quase todas as unidades do Regional.



Planejamento Estratégico



■ O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará iniciou, em agosto de 2014, a revisão de seu Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2015 a 2020. Para a consecução dos trabalhos, a Secretaria de Gestão Estratégica lançou o Projeto Rever.

O processo de revisão começou quando a Rede de Governança Colaborativa da Justiça do Trabalho, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Superior da Jus-

tiça do Trabalho, estabeleceu os macrodesafios. Desde a garantia dos direitos da cidadania, celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e adoção de soluções alternativas de conflito, até a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes. O impulso das execuções fiscais, cíveis e trabalhistas, melhoria da gestão de pessoas, aperfeiçoamento da gestão de custos, instituição da governança judiciária e

melhoria da infraestrutura e governança de TIC fechavam a gama de desafios.

Identificados os macrodesafios para 2015-2020, sucederam-se meses de trabalho envolvendo todo o Tribunal. Nesse período, a Secretaria de Gestão Estratégica procedeu à coleta de informações e de propostas, além de realizar pesquisas com os públicos interno e externo.

Magistrados e servidores participaram dire-

tamente da construção do plano, respondendo a questionário, bem como na identificação de pontos fortes e fracos do Regional.

O presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, submeteu proposição consolidando a revisão do planejamento estratégico ao Tribunal Pleno, que a aprovou por unanimidade. O novo ciclo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) foi publicado em dezembro de 2014.



Planejamento Estratégico

Encontro de Estratégia e Gestão Judiciária

O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará reuniu, em novembro de 2014, magistrados e servidores no primeiro Encontro de Estratégia e Gestão Judiciária do Regional. Durante o evento, realizado na Escola Judicial, foram apresentados os resultados do planejamento estratégico do quinquênio 2010-2014 e a revisão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para os próximos seis anos, além de tópicos referentes à Gestão Judiciária.

“O planejamento estratégico é importantíssimo para o Tribunal. Todos devemos incorporar isso como processo de trabalho em cada um dos setores”, disse o presidente do TRT/CE,

desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior. O Regional estava concluindo a revisão do PEI e, até o final daquele ano, seriam defi-

nidos nova missão, objetivos e novas metas a serem perseguidas pela Justiça do Trabalho cearense no período de 2015 a 2020.

Des. Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior defendeu a importância do Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2015 a 2020



Dados estatísticos aprimorados

O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará recebeu, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Selo Bronze em reconhecimento pelo esforço feito para aprimorar os sistemas de estatísticas e informações. A honraria foi entregue ao presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, na abertura do VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que reuniu representantes de todos os tribunais brasileiros em Florianópolis (SC), dia 10 de novembro de 2014.

Os tribunais foram premiados em quatro categorias: selos Diamante, Ouro, Prata e Bronze. As premiações foram dadas



O evento de premiação reuniu todos os tribunais brasileiros em Florianópolis

de acordo com a prioridade que cada uma das instituições conferiu aos respectivos sistemas de coleta, produção e disseminação de dados estatísticos.

Dos 91 tribunais brasileiros, 73 foram agraciados pelo CNJ. A Comissão Avaliadora da premiação, presidida pela ministra Maria Cristina Peduzzi, conferiu

o Selo Ouro a representantes de 19 tribunais. Com o Prata, foram agraciados três tribunais. O Selo Bronze foi entregue a 45 tribunais, entre eles o TRT/CE.



Planejamento Estratégico

Ampliando a atuação da Estatística

Com a publicação do Provimento nº 49/2015, da Corregedoria-Geral de Justiça, foi instituído e regulamentado o Módulo de Produtividade Mensal do Poder Judiciário dos juízes e serventias judiciárias.

O módulo de produtividade mensal é o sistema utilizado para o envio de informações dos tribunais e de suas respectivas unidades judiciárias. O objetivo é mensurar a produtividade individual dos magistrados e dos órgãos do Judiciário.

Foi construída uma nova base de dados para a iniciação da consolidação do mencionado módulo com aproximadamente 1.110 itens segmentados nas categorias listagem de serventias, listagem de municípios, listagem de competências, listagem de magistrados, listagem de *status* do magistrado, produtividade da serventia, dentre outras. A base será atualizada mensalmente pelo Setor de Estatística.

Monitoramento de indicadores e de metas

Durante a gestão 2014-2016, a Secretaria de Gestão Estratégica realizou o processo de acompanhamento de resultados do Planejamento Estratégico do

TRT/CE, das Metas Nacionais do CNJ e das Metas da Justiça do Trabalho do CSJT. O acompanhamento foi feito a partir do Sistema de Metas Nacionais e do Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (Sigest).

Por meio da coordenação da Gestão de Metas do Regional, a despeito de aspectos conjunturais e organizacionais desafiadores, o TRT/CE conseguiu resultados positivos e limítrofes aos graus de cumprimento exigidos no desempenho previsto, em face das metas previamente definidas.

Comitê de Gestão de Riscos

Em cumprimento ao objetivo estratégico nº 8, que visa fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção, previsto no Planejamento Estratégico do

TRT/CE 2015-2020, foi instituído, em abril de 2016, o Comitê de Gestão de Riscos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará.

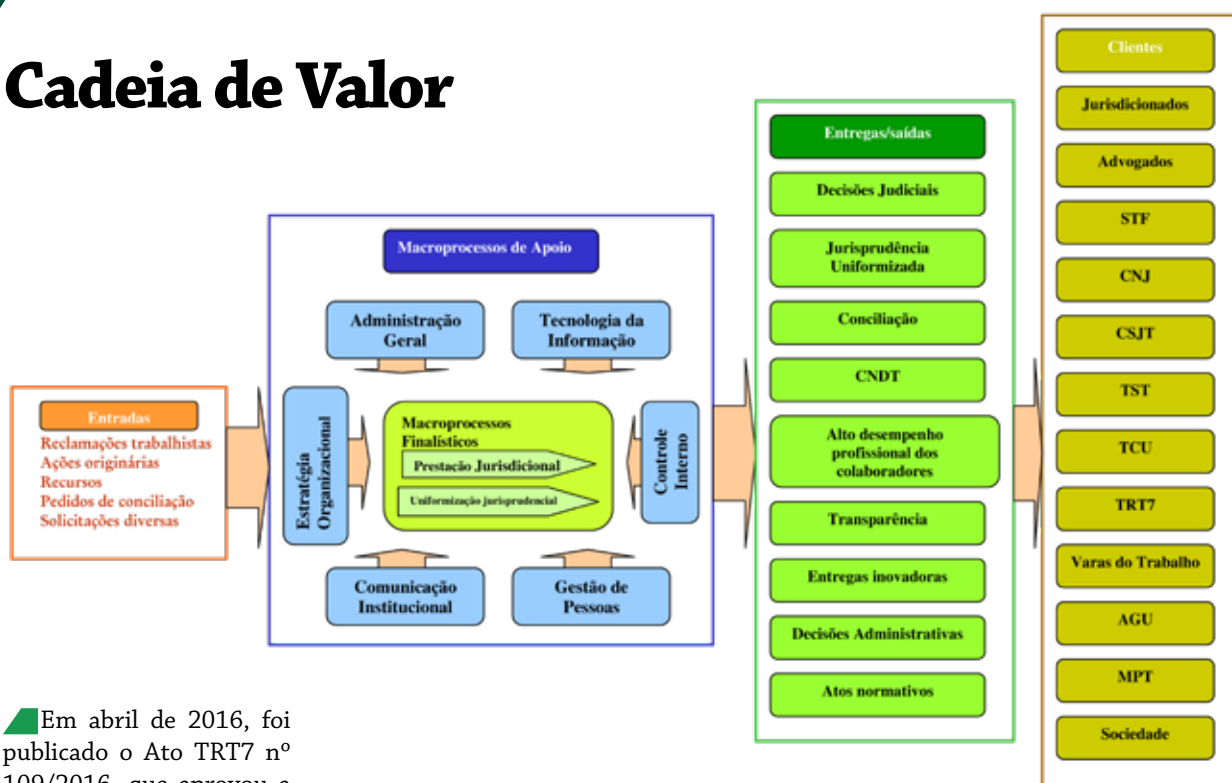
O Comitê irá definir a Política de Gestão de

Riscos e encaminhá-la à Presidência do Regional, além de fomentar práticas e monitorar a execução da Política de Gestão de Riscos, revisá-la periodicamente e estimular sua cultura.



Planejamento Estratégico

Cadeia de Valor



Em abril de 2016, foi publicado o Ato TRT7 nº 109/2016, que aprovou a Cadeia de Valor do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará. O diagrama consiste nos principais macroprocessos executados com o objetivo de atender as necessidades dos jurisdicionados, além de expressar as vias de agregação de valor às entregas e aos serviços disponibilizados.



A Secretaria de Gestão Estratégica é composta pelos Setores de Estatística e de Gestão de Projetos

Governança de pessoas



Com o objetivo de valorizar os servidores e aprimorar as ações relacionadas às áreas de capacitação e treinamento de pessoal, o TRT/CE iniciou, no mês de junho de 2014, a implantação de seu Programa de Governança de Pessoas.

Entre os princípios definidos na política, estavam o foco na melhoria do desempenho profissional e dos serviços prestados à sociedade, a gestão participativa e a valorização do servidor. Como diretriz, foi definido, por exemplo, que a movimentação interna observará o melhor aproveitamento das competências do servidor. Foi criada orientação para que cargos e funções sejam acessíveis a todos e orientados pelo mérito.

Inicialmente, quatro ações foram eleitas como prioritárias:

Fortalecimento da Comissão de Ética - Desde setembro de 2014, a Comissão de Ética do TRT/CE passou a contar com local fixo para atender os servidores, realizar reuniões e trabalhar na apuração de denúncias. Uma sala localizada no 7º andar do Anexo 2 funciona como posto de atendimento da Comissão. O local possui estação de trabalho, mesa de reuniões, sofá e banheiro.

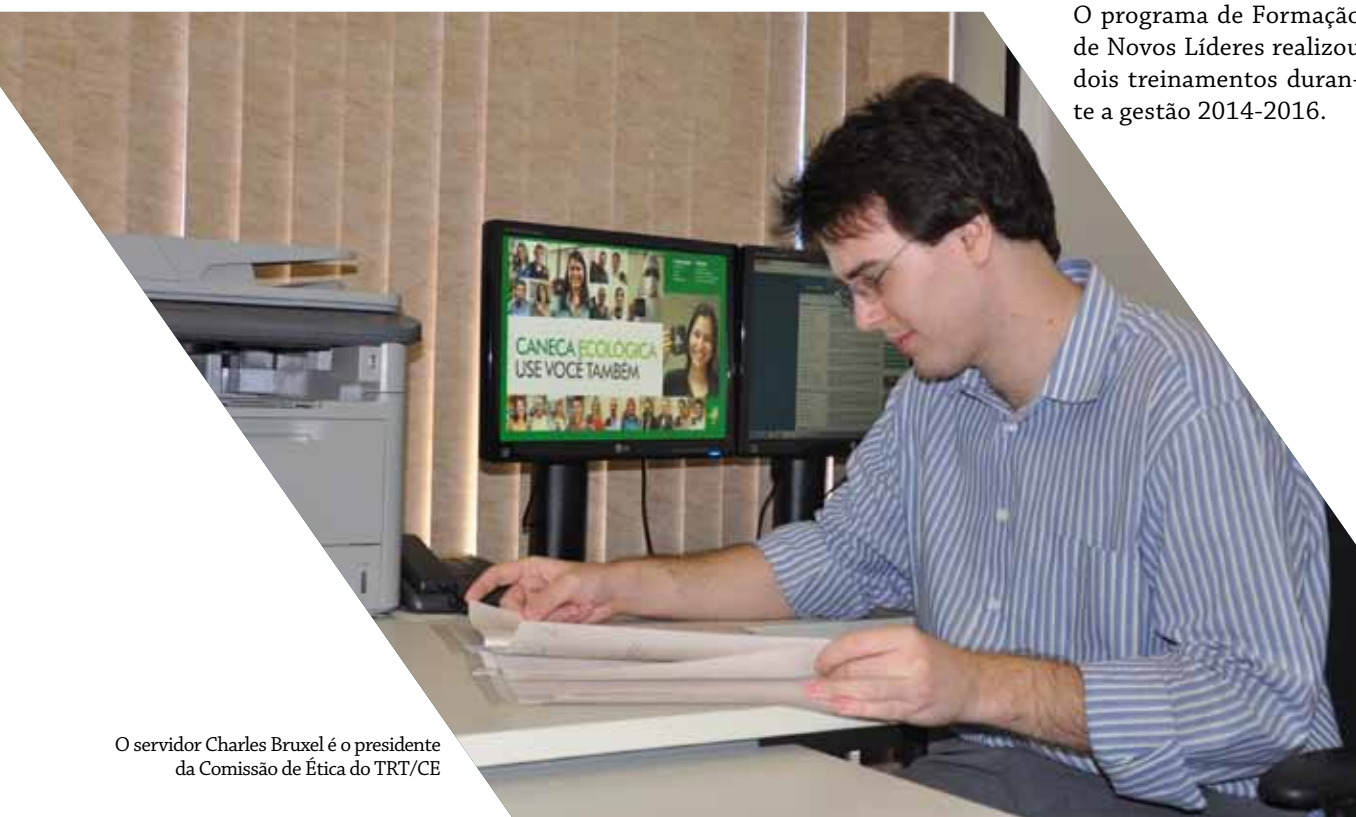
Criação do Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas - Previsto como uma das ações prioritárias do Programa de Governança de Pessoas, o Comitê Estratégico contribui para o alinhamento das políticas e estratégias de gestão de pessoas com as prioridades do Tribunal, analisa questões como a necessidade de realização de concursos, define metas e objetivos e supervisiona processos como, por

A Comissão de Ética do TRT/CE passou a contar com local fixo para atender servidores, realizar reuniões e trabalhar na apuração de denúncias, em sala localizada no 7º andar do Anexo 2

exemplo, a implantação da Gestão por Competências.

Realização de auditorias mensais nas folhas de pagamento - As auditorias em folha de pagamento, realizadas pelo Setor de Controle de Gestão de Pessoas da Secretaria de Controle Interno, são elaboradas segundo pontos de controle previamente estabelecidos para cada um dos meses do ano. O trabalho é concluído com a lavratura do Relatório de Auditoria e sua remessa à Presidência para apreciação. O Programa de Governança de Pessoas também cumpriu a meta que pedia a desvinculação do Setor de Cadastro da Divisão de Pagamento Pessoal.

Implantação do mecanismo de Processo Sucessório - Articulado à Gestão por Competências, uma comissão cuida da formação de servidores para ocuparem posições de liderança no TRT/CE. O programa de Formação de Novos Líderes realizou dois treinamentos durante a gestão 2014-2016.



O servidor Charles Bruxel é o presidente da Comissão de Ética do TRT/CE

Formando líderes



58 servidores foram indicados pelos gestores para participar do programa de capacitação

A capacitação foi sobre técnicas e funções de gestão e de liderança



Um grupo de 17 servidores concluiu, em novembro de 2014, o primeiro treinamento oferecido pelo Programa de Formação de Novos Líderes. Durante quatro dias, eles foram capacitados sobre técnicas e funções de gestão e de liderança. Outras duas turmas foram capacitadas em dezembro de 2014 e janeiro de 2015.

Ao todo, 58 servidores foram indicados pelos gestores para participar do programa que integra as ações de Governança de Pessoas do Tribunal.

O secretário de gestão de pessoas, Carlos Melo, lembrou aos participantes que o novo programa tem como objetivo dar para eles ferramentas para se transformarem em profissionais melhor capacitados. “Participar do programa não garante ao servidor ser nomeado gestor. Apenas fornece mais ferramentas para que, quando surgir a oportunidade, ele esteja preparado para conquistar a indicação do magistrado ou de outro integrante da Administração do Tribunal”, destacou.



Capacitação



Em continuidade ao processo de implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências no TRT/CE, iniciado em 2013, foram realizadas, na gestão 2014-2016, a sensibilização dos gestores para o processo de avaliação dos 172 gestores envolvidos no processo de gestão por competências e o treinamento para o momento de dar e receber *feedback*.

O primeiro ciclo de implantação desse programa encerrou-se com os resultados da avaliação dos gestores no mês de dezembro de 2014. O passo seguinte foi a construção de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) e Planos de Desenvolvimento Gerencial (PDG).

Educação continuada

O Programa de Educação Continuada constituiu-se de atividades presenciais e também no ambiente virtual. Essas atividades foram realizadas no período de março a dezembro de 2015, quando foram desenvolvidas as seguintes ações:

1) Reuniões com os responsáveis pela área de RH e comitê de implantação, de modo a obter informações sobre a dinâmica das áreas administrativas;

2) Implementação do Programa em sala de aula: quatro encontros de oito horas cada;

3) Realização de “tarefas” pelos gestores por meio de plataforma digital;

4) Autoavaliação e avaliações dos gestores por meio de plataforma digital;

5) Reuniões de *coaching* individual de 60 min/participante com desenvolvimento de plano de ação referente aos resultados da autoavaliação e avaliação dos liderados;

6) Diagnóstico das lideranças: mensuração da evolução das lideranças nas práticas de gestão de pessoas, comparando performance no início e no término do projeto.



Capacitação

Competências Comportamentais



84 gestores participaram do Programa de Desenvolvimento de Competências Comportamentais conduzido pela Leme Consultoria

Os gestores ocupantes de Funções Comissionadas Gerenciais também participaram do Programa de Desenvolvimento de Competências Comportamentais conduzido pela Leme Consultoria. O levantamento foi realizado com 84 gestores e 491 servidores em maio de 2015.

O programa fundamentou-se no inventário comportamental do Regional. Foram escrutinados quatro grupos de competências comportamentais dos servidores com cargos comissionados (CJs) do Tribunal: relacionamento interpessoal, motivação da equipe, foco em resultados e trabalho em equipe. Em todas elas, as notas de gestores foram bastante próximas e altas: oscilam entre 4,06 e 4,64, em uma escala que vai de 0 a 5.



Gestores receberam certificados após término da capacitação

Uma das perguntas da avaliação pedia aos participantes para atribuir nota de 0 a 10 na efetividade dos gestores em obter resultados sem descuidar da equipe. Os servidores atribuíram nota 8,59 aos CJs, que, por sua vez, autoavaliaram-se em 7,77.

O programa contou com os seguintes módulos: *Coaching* Equipe, Comunicação Eficaz, Negociação e Resolução de Conflitos, Líder *Coaching* e Trabalho em Equipe, Inteligência Emocional e Administração do Tempo.



Capacitação

Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho

Os juízes do trabalho do Ceará reuniram-se, em maio de 2015, para a primeira Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho. Durante dois dias, os magistrados debateram questões polêmicas relacionadas às atividades das varas do trabalho com o objetivo de uniformizar e simplificar procedimentos. O evento foi organizado pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará.

Para o então diretor em exercício da Escola Judicial do TRT/CE, desembargador

Antonio Parente da Silva, a Jornada contribuiria para uma melhor qualidade das decisões judiciais. Segundo o magistrado, isso seria possível devido a uma maior previsibilidade, igualdade no tratamento de casos análogos e na isonomia na aplicação da lei. “A partir desse encontro, o Regional terá uma identidade e um posicionamento mais definidos sobre determinados temas”, defendeu.

Como resultado, 41 proposições foram aprovadas

O evento ocorreu no Hotel Praia Centro, em Fortaleza

No biênio 2014-2016, a Ejud7 promoveu 43 cursos para magistrados e servidores, que somaram mais de 450 horas/aula

durante a primeira Jornada. No total, 52 proposições foram debatidas individualmente e submetidas à votação entre os cerca de 50 magistrados presentes ao evento.

Compartilhando boas práticas

“A troca de experiências, com o compartilhamento do que as varas do trabalho fazem de excelente, tende a melhorar ainda mais nossos processos e procedimentos”. Com essas palavras, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, abriu os trabalhos do Encontro Anual de Diretores de Secretaria de varas do trabalho.

O encontro, que aconteceu em maio de 2015, também foi uma oportunidade para magistrados e servidores de diferentes unidades conhecerem-se e integrarem-se, ultrapassando as barreiras das comunicações restritas a telefonemas, e-mails, malotes digitais ou a redes sociais. A novidade desse encontro foi a participação dos servidores que atuam como substitutos dos diretores de secretaria das varas.

O Encontro de Diretores foi evento paralelo à Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho



Capacitação

Semana Institucional da Magistratura

Os magistrados da Justiça do Trabalho do Ceará reuniram-se, em novembro de 2015, para a primeira Semana Institucional da Magistratura Trabalhista da 7ª Região. O evento, organizado pela Escola Judicial do TRT/CE, tinha o objetivo de promover discussões, debates e compartilhamento de boas práticas para o aprimoramento dos serviços judiciais e administrativos das varas do trabalho.

Durante os três dias do evento, foram discutidos temas como o processo eletrônico e seus efeitos no Direito Processual do Trabalho, a privacidade do empregado e a internet na atualidade e os desafios da gestão no Poder Judiciário. Houve também uma oficina sobre gestão de conflitos. Cerca de 80 magistrados participaram do encontro.



Palestras e oficinas compuseram a programação do evento



Ministro do TST
Luiz Philippe Vieira
de Mello Filho (ao centro)
foi o palestrante do evento

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Luiz Philippe Vieira de Mello Filho proferiu, em setembro de 2015, palestra para magistrados, servidores, advogados e para estudantes no auditório

Uniformização da jurisprudência

do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará. O evento foi promovido pela Escola Judicial do TRT/CE para debater aspectos da nova legislação que trata da uniformização da jurisprudência no âmbito dos tribunais.

Em sua fala, o ministro abordou a aplicabilidade da Lei nº 13.015/14, que, segundo ele, ao lado do novo

Código de Processo Civil, cria um novo sistema jurídico no Brasil. “Houve uma guinada legislativa e hoje os Tribunais Regionais têm a função de uniformização da jurisprudência para gerar nos jurisdicionados um sentimento de previsibilidade, de igualdade e de unidade do Direito”, ressaltou o ministro.



Capacitação

Aula magna

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Douglas Alencar Rodrigues proferiu aula magna, em fevereiro de 2016, na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, com o tema “O Novo Código de Processo Civil e suas Repercussões no Processo do Trabalho”. A aula magna inaugurou a temporada de

curiosos da Escola Judicial do TRT/CE para 2016.

Para um público de cerca de 200 pessoas, formado por magistrados, servidores e por advogados, o ministro falou sobre uma série de inovações trazidas pela legislação que passou a vigorar em 18 de março.

O sistema do novo Código, segundo o ministro, busca resgatar promessas

Ministro do TST Douglas Rodrigues (direita) proferiu aula magna e lotou o auditório do TRT/CE (abaixo)



constitucionais como a razoável duração do processo, a efetividade na prestação jurisdicional, a segurança jurídica e a isonomia no tratamento dispensado aos cidadãos jurisdicionados. “O Código traz uma série de inovações com o objetivo de permitir que a sociedade brasileira receba do Poder Judiciário uma resposta rápida e justa”, afirmou.

Novo CPC - A Escola Judicial realizou vários treinamentos e oficinas de trabalho abordando temas relacionados ao novo CPC. Parte geral, meios de provas, cumprimento de sentenças e tutelas de urgências foram algumas das temáticas discutidas no primeiro semestre de 2016.

Des. Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior abriu o evento



Encontros de qualidade de vida



Depois de visitar servidores lotados em varas de Fortaleza, a equipe formada por psicóloga, assistentes sociais e fisioterapeuta foi às unidades judiciárias localizadas na Região Metropolitana. O objetivo era proporcionar aos servidores dessas unidades reflexões sobre saúde e qualidade de vida.

A psicóloga Kátia Matias, a assistente social Daniela Drumond e a fisioterapeuta Patrícia Falcão

conduziram os diálogos. Foram realizados ao todo oito encontros.

Por meio de dinâmicas de grupo, exposições e de circuito de atividade física, o projeto Saúde em Pauta estimula servidores e estagiários a debaterem sobre a importância do autocuidado na garantia da qualidade de vida. Durante as visitas, também são realizadas avaliações ergonômicas dos ambientes de trabalho.



O projeto estimula servidores e estagiários a debaterem sobre a importância do autocuidado na garantia da qualidade de vida

Projeto Vida Nova



45 servidores participaram das atividades do evento

Servidores aposentados e servidores próximos a se aposentar reuniram-se, em novembro de 2014, no 2º Reencontro do Projeto Vida Nova. Sob a coordenação do Setor Psicossocial e da Divisão de Recursos Humanos, o evento faz parte da política de valorização e reconhecimento dos servi-

dores do TRT/CE que estão próximos à aposentadoria.

“O objetivo dessa iniciativa é que o processo de desligamento da instituição ocorra de forma orientada, integrada e na direção de uma efetiva realização pessoal”, declarou a assistente social Mariângela de Souza.

Durante toda a manhã, 45 servidores participaram de diversas atividades. Houve entrega de camisetas, acolhida com café da manhã, apresentação do Coral Sétima Voz, apresentação da peça Histórias da Gente (encenada pelas servidoras Rejane Façanha e Cláudia Giovana e pelo desembargador

Durval Maia) e dinâmica de grupo.

O presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima Verde, encerrou as atividades entregando aos servidores aposentados diploma de reconhecimento pela amizade e pelo comprometimento demonstrados durante a vida funcional.

Ginástica laboral



Quase 100% das unidades judiciárias e administrativas foram contempladas com a prática da ginástica laboral. Foram formadas 60 turmas de magistrados e servidores em Fortaleza e 19 turmas em varas do trabalho da Região Metropolitana e do interior.

A medida é forma de prevenir os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT). Durante o ano de 2013, por exemplo, foram concedidas 200 licenças relativas a doenças osteomusculares no TRT/CE, gerando 2.758 dias de afastamento.

Devido ao contingenciamento orçamentário imposto pela Lei Orçamentária



As aulas da ginástica laboral ocorriam três vezes por semana e duravam 15 minutos

Anual para 2016, o contrato com a empresa prestadora de serviço foi suspenso no início daquele ano.

Trabalho a distância

Ato da Presidência do TRT/CE, publicado em fevereiro de 2016, regulamenta o teletrabalho no âmbito da Justiça do Trabalho cearense. De acordo com o documento, a execução dos trabalhos fora das dependências do TRT/CE deve ser realizada inicialmente a

título experimental, funcionando sob a forma de projeto-piloto em algumas unidades.

Em maio, o Comitê de Gestão do Teletrabalho definiu as unidades que participarão da fase piloto de implantação do teletrabalho. Na capital, foram escolhidas a 4ª e a 8ª Varas do Trabalho. A 3ª Vara do Trabalho do Cariri e a única de Tanguá foram selecionadas como representantes do interior. Na Região Metropolitana, foi escolhida a 1ª Vara do Trabalho de Caucaia.

O gabinete do desembargador Francisco José Gomes e a Secretaria da

Segunda Turma foram escolhidos como representantes do segundo grau. Na área administrativa e de apoio judiciário, foram selecionados a Divisão de Engenharia, a Secretaria de Tecnologia da Informação, o Setor de Acórdãos e a Divisão de Execuções Unificadas, Leilões e Alienações Judiciais.

O início do trabalho a distância nas unidades -piloto começou no dia 1º de junho. Durante o período de experiência, foram feitas avaliações sistemáticas de desempenho dos escolhidos. A iniciativa faz parte das ações da Administração para reduzir custos e contribuir para a qualidade de vida dos servidores.

A iniciativa faz parte das ações da Administração para reduzir custos e contribuir para a qualidade de vida dos servidores

Sistema do TRT/CE recebe menção honrosa



■ O sistema de tecnologia da informação desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho do Ceará para aprimorar os serviços oferecidos à população foi premiado na 14ª edição do Prêmio de Excelência em Governo Eletrônico de 2015 (Prêmio e-Gov).

O Sistema de Informações Gerenciais (Sigen) foi um dos nove projetos e soluções de governo contemplados com menção honrosa pela Associação Brasileira de Tecnologia da Informação e Comunicação. A premiação foi entregue, em outubro de 2015, durante a abertura da 43ª edição do Seminário Nacional de TIC para a Gestão Pública, em Salvador.

Transferência de tecnologia - Os resultados obtidos pelo TRT/CE com o uso do Sigen fizeram com que outros tribunais também adotassem o sistema. Ele já é utilizado pelos TRTs de Minas Gerais e de Sergipe. Recentemente foram assinados convênios para que outros dois regionais também tenham acesso à ferramenta, como os TRTs da 8ª Região (Pará e Amapá) e da 14ª Região (Rondônia e Acre).

No final de setembro de 2015, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho realizou treinamento do Sigen para técnicos de todos os regionais para posterior disponibilização aos interessados sob novo nome: Sistema de Consulta a Dados Operacionais (Sicond).



Presidente do TRT/CE, des. Tarcísio Lima Verde Júnior, e servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação exibem o prêmio recebido

Livros digitais

■ Desde abril de 2015, a Biblioteca do TRT/CE disponibiliza acesso à plataforma de livros digitais da editora LTr. O conteúdo do acervo contempla mais de 3.600 *e-books*, as revistas LTr, de Previdência Social e suplementos de jurisprudência. A iniciativa partiu de recomendação surgida no Primeiro Encontro de Estratégia e Gestão Judiciária do TRT/CE, ocorrido em novembro de 2014.

A chefe da Biblioteca, Rejane Albuquerque, explica que a editora foi escolhida por oferecer a

opção com o melhor custo/benefício para o acesso a conteúdos digitais. “Após pesquisa, vimos que só a LTr oferece produtos na área trabalhista e de previdência social nesse formato e com uma quantidade razoável de exemplares”, disse.

Sucesso - Durante os dez primeiros dias de uso, o acervo da Biblioteca Digital LTr registrou 721 acessos de magistrados e de servidores. Hoje, a média é de cerca de três mil acessos por mês.

Para Rejane, a ação objetiva que o uso do acervo digital seja incorporado à rotina de servidores e de magistrados



Responsabilidade Social



A white hard hat is partially visible on the left side of the image, resting on a dark, textured wooden surface. Several long, green, blade-like leaves of a plant are scattered across the wooden surface, extending from the left towards the right. The background is a soft, out-of-focus light grey. A large green diagonal shape covers the top right portion of the image, containing white text.

■ A responsabilidade social concretiza-se por meio de comportamentos que contribuem para preservar e melhorar o bem-comum e elevar a qualidade de vida de todos. Com a prática, as instituições públicas e privadas adquirem retorno

institucional e valorização de sua imagem, gerando benefícios tanto para elas próprias como para a comunidade onde atuam.

Uma instituição como a Justiça do Trabalho, que possui uma função social relevante, não poderia deixar de incorporar esse conceito em sua rotina. É fácil perceber a sua atividade-fim – conciliar e julgar os dissídios entre empregados e empregadores. Mas ela vai além, e, paralelamente à sua missão institucional, a Justiça do Trabalho desenvolve vários programas sociais.

Assim, a Justiça do Trabalho do Ceará mantém programas como Trabalho Seguro, que atua contra

os acidentes de trabalho; Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem; Programa de Erradicação do Trabalho Escravo, além de estimular a preservação do meio ambiente com práticas de gestão ambiental. No decorrer da gestão 2014-2016, essas iniciativas foram estimuladas e ampliadas.

Como bem enfatizou o presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, em alguns de seus pronunciamentos, a Justiça do Trabalho vive uma nova fase que extrapola a sua missão precípua. “Além de julgar processos, hoje também temos um compromisso com ações de responsabilidade social, como o combate a acidentes de trabalho, a erradicação do trabalho escravo e infantil”.

Outubro Rosa



■ O movimento mundial de combate ao câncer de mama, conhecido como Outubro Rosa, ganhou a adesão do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará. Durante o mês de outubro, a fachada do prédio-sede do Tribunal, localizado na Avenida Santos Dumont, foi iluminada na cor rosa como forma de chamar a atenção da sociedade para a campanha.

O Outubro Rosa tem o objetivo de estimular a participação da população, empresas e órgãos públicos na prevenção e no combate ao câncer de mama.



Servidores da 5ª Vara do Trabalho de Fortaleza aderiram à campanha



Além de vestir-se de rosa, a equipe da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças fez café da manhã especial para marcar a campanha

No biênio 2014-2016, foram realizadas várias ações para conscientizar magistradas e servidoras para adoção de medidas preventivas contra a doença. Houve distribuição de materiais informativos sobre o câncer de mama, e de fitas e adesivos com o símbolo da campanha. Também foram realizadas palestras e orientações para o autoexame.

Novembro Azul

■ Com o objetivo de alertar para a prevenção ao câncer de próstata, o TRT/CE aderiu ao movimento mundial Novembro Azul. Como parte das ações, a Administração do TRT/CE convidou todos a vestir roupas azuis durante a campanha. Também houve *blitz* para distribuição de material educativo e de *bottoms* com o tema.

O câncer de próstata é o segundo mais comum

entre os homens, atrás apenas do câncer de pele. No mundo, entre homens e mulheres, é o sexto tipo mais comum. Um estudo feito pelo jornal científico *Jama Oncology* constatou que, entre os anos de 1990 e 2013, o número de casos de câncer de próstata no Brasil aumentou 414%, passando de 18,7 mil ocorrências para 96,3 mil.

Campanha de doação de sangue



Francisco Pinheiro foi um dos 81 servidores da Justiça do Trabalho que doaram sangue

Em ação de solidariedade, o TRT/CE fez parceria com o Hemoce para campanha de doação de sangue. Nos dias 22 e 25 de maio de 2015, uma unidade-móvel da instituição esteve no prédio-sede e no Fórum Autran Nunes para receber magistrados e servidores. Ao todo, 81 pessoas doaram sangue e 19 cadastraram-se como doadoras de medula óssea.

Célia de Sá, servidora do Setor de Memória, doou sangue e, na ocasião, falou sobre a importância da iniciativa e da conveniência da campanha no local de trabalho. “Se não fosse essa campanha aqui no Tribunal eu não estaria doando, porque deixar os nossos compromissos para ir para locais de doação é muito difícil”. Ela acrescentou que, por questões de saúde, há 22 anos não doava sangue.

Balanco - No prédio-sede, foram contabilizados

53 candidatos, 36 doações e 5 cadastros para doação de medula óssea. Já no Fórum Autran Nunes, houve um total de 72 candidatos, 45 doações e 14 cadastros para transplante de medula. “A ação superou nossas expectativas, e pretendemos expandir para uma frequência maior, talvez para duas vezes por semestre”, concluiu Elissandra, funcionária do Hemoce.

Na ação, foram contabilizados 19 cadastros para doação de medula óssea e 81 doações de sangue

Na sede do TRT/CE, a unidade-móvel do Hemoce passou o dia em frente ao Anexo 1



O Pacto pelo Ceará Pacífico tem o objetivo de construir uma cultura de paz no Estado do Ceará, por meio da definição, implantação, monitoramento e da avaliação contínua de políticas públicas interinstitucionais de prevenção social e de segurança pública



Pacto pelo Ceará Pacífico

■ O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará foi uma das instituições convidadas para participar do projeto Pacto pelo Ceará Pacífico. Nos encontros conduzidos pelo governador do Estado, Camilo Santana, foram mostradas várias ações que seriam implementadas para prevenção da violência e para redução da criminalidade. O lançamento do Pacto aconteceu no Palácio da

Abolição, sede do Governo do Estado.

O TRT/CE também participou, em agosto de 2015, do lançamento do Pacto. A cerimônia contou com a participação do então ministro da Justiça e de representantes do Poder Judiciário e das Forças de Segurança estaduais e federais. O Regional foi representado por seu presidente, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior.

Desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior assinou o Pacto ao lado do então ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, e do governador do Ceará, Camilo Santana



Trabalho, Justiça e Cidadania



Ao lado, momento em que os alunos registram em foto a visita ao Fórum Autran Nunes. Abaixo, encerramento do Programa, no auditório da Universidade Christus

Peças teatrais, vídeos, danças, apresentações musicais e paródias marcaram o encerramento do programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) em 2014. O evento reuniu, no dia 11 de novembro, cerca de 200 alunos de três escolas profissionalizantes da rede pública de ensino, no auditório da Universidade Christus, em Fortaleza. Os trabalhos apresentados pelos estudantes foram o resultado do diálogo com juízes nas escolas, de visitas às varas do trabalho de Fortaleza e dos ensinamentos repassados por professores.

O TJC é uma ação solidária de iniciativa da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, em parceria com as associações estaduais de magistrados do trabalho e com secretarias

de educação. Por meio do programa, juízes, advogados, professores e servidores do Judiciário transmitem noções de Direito, ética e de cidadania para estudantes de escolas públicas.

Em 2014, foram selecionadas as escolas de educação profissionalizante César Campelo, no Conjunto Ceará, Paulo VI, no Jardim América, e Jaime Alencar, localizada no bairro Luciano Cavalcante, em Fortaleza.

A primeira etapa do projeto aconteceu em abril daquele ano, com a preparação

Por meio do Programa, juízes, advogados, professores e servidores do Judiciário transmitem noções de Direito, ética e cidadania para os estudantes

dos professores, coordenadores e dos dirigentes das escolas. O aprendizado foi realizado durante o 4º Seminário de Capacitação de Multiplicadores, realizado pela Associação dos Magistrados do Trabalho do Ceará. Em seguida, os ensinamentos foram repassados aos alunos.

Em agosto, juízes e servidores do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará foram às escolas dialogar com os alunos. Em setembro, os estudantes retribuíram a visita e foram ao Fórum Autran Nunes conhecer de perto alguns dos serviços realizados pelas secretarias das varas do trabalho da capital e assistir a audiências.





Combatendo o trabalho infantil



■ O Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem foi criado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho em novembro de 2013. A iniciativa tem o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil e para a adequação profissional de adolescentes. O Programa conta com o apoio do Ministério Público do Trabalho e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Assumindo o compromisso e sua parte de responsabilidade nesse tema, o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará busca sensibilizar e instrumentalizar os juízes do trabalho, seus servidores e a sociedade cearense para, empenhando todos os esforços, reconhecer o trabalho infantil como grave forma de violação de direitos humanos. O TRT/CE entende que é responsabilidade de todos o combate e a erradicação

de toda e qualquer forma de exploração de crianças e adolescentes.

A gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho no Ceará é composta pela desembargadora Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno e pela juíza do trabalho Kelly Cristina Diniz Porto. Sob a orientação da Presidência do Regional, as gestoras e sua equipe de apoio realizaram várias ações no biênio 2014-2016. São

exemplos: a realização de audiências públicas, seminários, palestras, atividades educativas e parcerias firmadas com gestores municipais e estaduais.



Trabalho infantil no PJe/JT

Combatendo o trabalho infantil

■ A gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem fez, em novembro de 2014, um apelo aos advogados para que, ao ingressarem com ações envolvendo o trabalho irregular de crianças e adolescentes pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico, selecionem a opção Trabalho Infantil.

A falta do registro do assunto Trabalho Infantil no sistema não gera dados estatísticos, impossibilitando a Justiça do Trabalho de saber quantos processos tramitam no Ceará sobre o tema. Das 108 mil ações trabalhistas cadastradas no PJe/JT até outubro de 2014, apenas 24 estavam relacionadas ao trabalho infantil.

De acordo com a desembargadora Regina Gláucia Nepomuceno, uma das gestoras regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, os dados cadastrados pelos advogados permitiriam, por exemplo, identificar qual tipo de empregador (comerciante, industrial, rural, doméstico) é mais demandado na Justiça do Trabalho por explorar mão de obra infantil. “Poderíamos direcionar campanhas para esses segmentos, alertando sobre os malefícios do trabalho infantil”, afirma a desembargadora.

Além das ações no Abraça Fortaleza, também ficou definido que a administração municipal veicularia mensagens contra trabalho infantil no site da Prefeitura

Parceria com o Município

■ Em encontro entre a desembargadora Regina Gláucia Nepomuceno, uma das gestoras regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho, a primeira-dama de Fortaleza, Carol Bezerra, e o secretário de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Cláudio Ricardo, ficou definido que a Prefeitura disponibilizaria espaço para promoção das ações do Programa dentro do Projeto Abraça Fortaleza, um mutirão de serviços que reúne mensalmente milhares de pessoas em bairros da capital.

Durante o mutirão de serviços, seriam distribuídos materiais educativos e realizada assistência jurídica por integrantes da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. Além das ações no Abraça Fortaleza, também ficou definido que a administração municipal veicularia mensagens contra trabalho infantil no site da Prefeitura e em multas de trânsito.

Parceria entre a gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho e a administração municipal foi firmada durante reunião realizada em maio de 2015.



Desembargadora Regina Gláucia Nepomuceno (à direita) em reunião com a primeira-dama de Fortaleza, Carol Bezerra (em primeiro plano)



Combatendo o trabalho infantil

Parceria com o Estado



A gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho do Ceará reuniu-se, em abril de 2016, com a primeira-dama do Estado do Ceará, Onélia Maria Leite de Santana. O encontro teve como objetivo firmar parceria para combater o trabalho irregular de crianças e adolescentes no Estado e divulgar ações da Semana Nacional da Aprendizagem.

De acordo com a desembargadora Regina Gláucia Nepomuceno, uma das gestoras regionais do Programa, é fundamental o trabalho de cooperação entre as instituições para fortalecer a luta contra a exploração da mão de obra infantil. “Já temos parcerias com diversas instituições, e é muito bom saber que o Governo do Estado também está preocupado com a questão do trabalho infantil”, afirmou a magistrada.

Participaram da reunião com a primeira-dama, além da desembargadora Regina Gláucia Nepomuceno, a juíza do trabalho e também gestora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, Kelly Porto, e os servidores do TRT/CE Osvaldo Severiano, Flávia Regina Moraes e Odenes Uchôa.

Semana de combate

Somado às atividades desenvolvidas com a Prefeitura de Fortaleza, a gestão Regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil também preparou uma série de ações que seriam implementadas durante a Semana Cearense de Combate ao Trabalho Infantil, programada para o início do mês de junho de 2015.

O objetivo da campanha, realizada anualmente, é chamar a atenção da população para o dia Mundial de Combate ao Trabalho

Infantil, comemorado em 12 de junho. Nesse dia, como parte da programação preparada pelo TRT/CE, houve uma audiência pública na Assembleia Legislativa para debater o tema.

Na Semana Cearense de Combate ao Trabalho Infantil, também foram postas em prática várias ações de Comunicação Social, como inserções em programas de rádio e de TV, exibição de publicidade em *outdoors*, veiculação de notícias e distribuição de brindes e de cartilhas educativas.

A Semana Cearense de Combate ao Trabalho Infantil é feita em parceria com o Ministério Público do Trabalho





Combatendo o trabalho infantil

Justiça do Trabalho nos bairros

A gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem foi ao bairro Vila União, no sábado 13 de junho de 2015, levar sua mensagem contra o trabalho infantil aos moradores da região. Houve distribuição de material educativo, e crianças participaram de brincadeiras e atividades lúdicas. A iniciativa integrou a Semana Cearense de Combate ao Trabalho Infantil, realizada no período de 8 a 13 de junho.

No diálogo com a população, a desembargadora Regina Gláucia Cavalcante falou sobre os males do trabalho precoce de crianças e adolescentes e pediu aos moradores que denunciassem os casos de exploração de mão de obra infantil. “Quando encontrarem alguma criança em situação de risco ou sendo explorada, não hesitem, disquem 100”, recomendou.

No bairro Vila União, a gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem realizou abordagens sociais, distribuição de brindes, atividades lúdicas e oficinas de pinturas envolvendo

a temática trabalho infantil. A ação foi possível graças a uma parceria firmada com a Prefeitura de Fortaleza dentro do projeto Abraça Fortaleza, que leva mensalmente vários serviços aos bairros da cidade.

Crianças participaram de oficina de pintura com temática de combate ao trabalho infantil



No diálogo com a população, a desembargadora pediu aos moradores que denunciassem os casos de exploração de mão de obra infantil

Des. Regina Gláucia entre o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, e o procurador do trabalho Antônio de Oliveira Lima



Combatendo o trabalho infantil

Caravana no Pici

Uma caravana de juízes e servidores do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará foi ao bairro do Pici, no dia 8 de agosto de 2015, levar serviços para os moradores da região. Foi a segunda edição do projeto Justiça do Trabalho nos Bairros.

“Estamos levando cidadania aos bairros de Fortaleza. É a Justiça do Trabalho mais próxima da população, vendo seus anseios e seus desejos”, disse a desembargadora Regina Gláucia Cavalcante, uma das gestoras regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil. Para ela, esse tipo de iniciativa também serve para divulgar as ações sociais e institucionais desenvolvidas pelo TRT/CE.

Nessa edição do Justiça do Trabalho nos Bairros, os moradores do Pici consultaram andamento de processos e agendaram

audiências para a Semana da Execução Trabalhista, por meio do Núcleo de Conciliações do TRT/CE. Além disso, crianças participaram de atividades socioeducativas voltadas para o combate ao trabalho infantil e para o estímulo à sustentabilidade.

Também houve distribuição de material educativo dos Programas de Combate ao Trabalho Infantil e do Trabalho Seguro. Os moradores da região ainda tiveram acesso aos serviços da Ouvidoria do TRT/CE para tirar dúvidas e fazer reclamações e sugestões.



O prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, abriu o evento no Pici



Crianças participaram de atividades lúdicas e ganharam brindes do Programa de Combate ao Trabalho Infantil



Combatendo o trabalho infantil

Futebol no combate ao Trabalho Infantil

Final de semana de futebol e de ações contra o trabalho infantil na capital cearense. A gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil (PCTI) da Justiça do Trabalho do Ceará promoveu, no sábado e no domingo 6 e 7 de junho de 2015, campanhas educativas em dois jogos do Campeonato Brasileiro. O objetivo era chamar atenção da população para o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, comemorado em 12 de junho.

Faixas circularam pelos estádios no início e no intervalo dos jogos e o placar eletrônico exibiu mensagens contra o trabalho infantil

No estádio Presidente Vargas (PV), o Sampaio Correa, do Maranhão, venceu o Ceará por 3x1. Apesar da frustração da torcida de casa, todos que compareceram ao jogo saíram do estádio com uma reflexão. Faixas circularam pelo PV com a mensagem Não ao Trabalho Infantil e Sim à Educação de Qualidade, e crianças que acompanharam os jogadores na entrada em campo vestiram camisas e bonés da campanha.

Na partida seguinte, pela série C do Brasileiro, o Fortaleza empatou em 1x1 com o ASA, de Alagoas, na Arena Castelão, e manteve a liderança do grupo A da competição. Além de crianças vestindo camisa da campanha, todo o pessoal de apoio, como seguranças e dirigentes, também aderiu ao movimento. Faixas circularam pelo estádio no início e no intervalo do jogo e o placar eletrônico do estádio exibiu mensagens contra o trabalho infantil para os mais de 20 mil torcedores que compareceram ao Castelão.



Ação do Programa de Combate ao Trabalho Infantil esteve presente no estádio Presidente Vargas, durante o jogo Fortaleza x Sampaio Correa



Combatendo o trabalho infantil



Ações no mês das crianças

■ No mês dedicado às crianças, a gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem promoveu várias ações para alertar a sociedade sobre os males do trabalho infantil. Palestras, distribuição de material educativo e mensagens publicitárias foram algumas das atividades realizadas durante o mês de outubro do biênio 2014-2016.

Palestras abordaram a temática trabalho infantil. Temas como o papel da escola no combate ao trabalho infantil e os desafios para enfrentar o problema foram debatidos por especialistas.

Ainda como forma de sensibilizar a sociedade sobre os malefícios do

trabalho precoce de crianças e adolescentes, foram realizadas várias ações de comunicação social. O programa de TV Justiça do Trabalho apresentou uma programação especial sobre o tema e o programa de rádio Minuto do Trabalho, veiculado diariamente na Rádio CBN, levou ao ar uma série sobre trabalho infantil durante todo o mês de outubro.

Também foram distribuídos cartazes, *folders* e panfletos com mensagens educativas nos prédios da Justiça do Trabalho e em vários pontos da cidade. Além disso, os internautas também foram alertados sobre o problema por meio das redes sociais e de matérias disponibilizadas no site do TRT/CE.



Na primeira foto, *outdoor* da campanha contra o trabalho infantil.

As portas dos elevadores da sede do TRT/CE e do Fórum Autran Nunes também exibiram a campanha



Combatendo o trabalho infantil

Semana de Aprendizagem



Alunos de escolas profissionais e regulares lotaram o auditório do TRT/CE para assistir a palestras sobre a Lei da Aprendizagem

O Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho realizou, de 2 a 6 de maio, a Semana Nacional da Aprendizagem. A iniciativa tinha o objetivo de divulgar a Lei da Aprendizagem e de estimular empresas a cumprirem a cota de contratação de jovens aprendizes.

Durante os cinco dias da campanha, os tribunais regionais do trabalho em todo o Brasil realizaram várias atividades para chamar a atenção da sociedade para o tema. No Ceará, a gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem apresentou uma programação que incluiu palestras, audiência pública e exposições.

No encerramento da Semana, no dia 6 de maio, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Kátia Magalhães Arruda fez um pronunciamento ao empresariado cearense, concludo-o a cumprir a cota de aprendizagem prevista em lei. A fala da ministra aconteceu na Sala de Sessões do Tribunal Pleno do TRT/CE e reuniu, além de empresários, magistrados, servidores e jornalistas.

A Semana Nacional da Aprendizagem foi uma promoção do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho em parceria com o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Estagiários da Justiça do Trabalho do Ceará também participaram do evento





Combatendo acidentes de trabalho



■ O Programa Trabalho Seguro (PTS) foi instituído em 2012 pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O objetivo é unir esforços de tribunais do trabalho de todo o Brasil e de instituições públicas e privadas em prol da formulação e execução de projetos e ações voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador.

No Ceará, a gestão do Programa fica a cargo do desembargador Francisco José Gomes e do juiz do trabalho Carlos Alberto Rebonatto. Os magistrados conduziram, sob a orientação da Presidência do Regional, várias ações voltadas ao combate a acidentes de trabalho no Estado. Seminários, palestras, campanhas educativas e visitas a empresas e a canteiros de obras foram algumas das ações reali-

zadas pelos gestores e sua equipe de apoio.

O PTS congrega hoje mais de quarenta instituições públicas e privadas no Ceará. Encabeçadas pelo TRT/CE, essas instituições reúnem-se periodicamente para traçar novas metas e objetivos para reduzir o número de acidentes no Estado. Há uma busca permanente por sindicatos, associações e por demais entidades civis para compor o grupo e unir forças

com a Justiça do Trabalho no sentido de promover a segurança no ambiente de trabalho.



Trabalho seguro no ambiente rural

O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, em parceria com 43 instituições públicas e privadas responsáveis por combater acidentes de trabalho no Estado, realizou, em dezembro de 2014, na Escola Judicial do TRT/CE, seminário sobre Trabalho Seguro no Ambiente Rural.

O evento reuniu especialistas de várias áreas para discutir a exposição de trabalhadores a agrotóxicos, a atuação dos fiscais do trabalho no campo, o combate ao trabalho infantil no

meio rural e a proteção previdenciária dos trabalhadores rurais.

O trabalho rural foi escolhido pelos gestores do Programa Trabalho Seguro como prioridade para atuação em prevenção em 2014. O Grupo interinstitucional é formado pelo TRT/CE, pelo Ministério Público do Trabalho, pelos ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e por outras 40 instituições públicas e privadas. O objetivo é a promoção da saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes de trabalho no Ceará.

Combatendo acidentes de trabalho



Des. Tarcísio Lima Verde Júnior abriu o evento



A ação ocorreu na Arena Castelão, durante jogo Fortaleza x Ceará

Ação educativa no Clássico-Rei

Os mais de 20 mil torcedores que compareceram ao Castelão para a primeira partida da final do campeonato cearense, na tarde do domingo 26 de abril de 2015, deixaram o estádio com uma reflexão. A gestão regional do Programa Trabalho Seguro exibiu faixas no início e no intervalo do jogo com mensagem educativa sobre acidentes de trabalho. A iniciativa lembrava o Dia da Saúde e Segurança no Trabalho, comemorado em 28 de abril.

A torcida do Fortaleza saiu do Castelão eufórica

com a vitória por 2x1 sobre o Ceará e também mais consciente. A frase “Acidentes de trabalho não acontecem por acaso, acontecem por descaso” chamava a atenção para uma realidade alarmante. De acordo com levantamento realizado pelo Ministério da Previdência Social, em 2013, foram registrados 718 mil acidentes de trabalho no Brasil, com 2.737 mortes e 14.837 trabalhadores incapacitados permanentemente para exercer suas atividades.

A iniciativa lembrava o Dia da Saúde e Segurança no Trabalho, comemorado em 28 de abril



Combatendo acidentes de trabalho

Parcerias para o trabalho seguro

A gestão regional do Programa Trabalho Seguro (PTS) realizou pelo menos 30 reuniões com empresários, sindicatos e gestores municipais e estaduais com o objetivo de apresentar as ações desenvolvidas pelo PTS e de formalizar convite para que os diversos segmentos da sociedade integrem o grupo. Já são mais de 40 instituições públicas e privadas engajadas no Programa.

“Estamos conversando com representantes dos empregados, dos empregadores e de instituições públicas e privadas para divulgar ações de prevenção de acidentes e para ampliar nossas parcerias”, explicou o desembargador

Francisco José Gomes, um dos gestores regionais do PTS. Segundo o magistrado, somente com o engajamento de todos é possível reduzir o número de acidentes de trabalho no Ceará.

A gestão regional do PTS reuniu-se, em julho de 2015, com o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), Jorge Alberto Vieira Studart. Durante o encontro, o magistrado apresentou o Programa, mostrou estatísticas de acidentes de trabalho no Ceará e no Brasil e falou das metas estabelecidas pelo PTS para 2015. Além disso, formalizou o convite para que o Sistema Fiec integre o PTS.

Ainda foram realizados encontros com o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil, André Montenegro, com a vice-governadora do Esta-

do, Izolda Cela, com o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, com o presidente da Federação da Agricultura do Estado Ceará, Flávio Viriato Neto, entre outros.



O presidente da Fiec, Alberto Studart (à esquerda), recebeu a visita do des. Francisco José Gomes

Trabalho seguro no Nordeste

Preocupados com a quantidade de acidentes de trabalho ocorridos no Nordeste, desembargadores do trabalho dos nove estados da Região, ao lado de representantes de mais de 40 instituições públicas e privadas,

reuniram-se no Tribunal Regional do Trabalho do Ceará para debater e propor soluções para o problema. O 1º Seminário Nordestino do Programa Trabalho Seguro (PTS) aconteceu em setembro de 2015.

Os gestores nordestinos do PTS promoveram um ambiente de debates, estudos e de compartilhamento de boas práticas, focado na temática da proteção ao trabalhador. A pauta do evento levava em consideração as similaridades sociais, econômicas e geográficas dos estados que integram a região Nordeste.

Programação - No primeiro dia do encontro, houve debates sobre a prevenção de acidentes, a saúde e a segurança no trabalho e também sobre o impacto dos acidentes na Previdência Social. No último dia do evento, foram discutidas a contribuição da engenharia de segurança do trabalho nas perícias judiciais, a responsabilidade civil em acidentes de trabalho envolvendo máquinas e equipamentos e a questão das provas nos acidentes de trabalho.



Representantes do Programa Trabalho Seguro de todo o Nordeste lotaram o auditório do TRT/CE



Combatendo acidentes de trabalho

Prevenção no campo

■ O 1º Seminário Regional Trabalho Seguro no Ambiente Rural foi realizado em Limoeiro do Norte, em agosto de 2015. O evento, organizado pelo Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, reuniu mais de 400 pessoas no auditório da Faculdade Dom Aureliano Matos para discutir a prevenção de acidentes de trabalho no campo.

O público, formado por trabalhadores e empregadores rurais, magistrados, advogados e por estudantes, assistiu a palestras sobre exposição a agrotóxicos, agricultura familiar, agropecuária e desenvolvimento sustentável e sobre Direito Previdenciário. O Seminário foi finalizado com a palestra Acidentes e Doenças do Trabalho no Setor Rural, ministrada pelo mestre em saúde pública pela Fiocruz, Roque Manoel Veiga.

O evento ocorreu no auditório da Faculdade Dom Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte



Seminário - O 1º Seminário Regional Trabalho Seguro no Ambiente Rural foi uma realização em parceria com 43 instituições públicas e privadas que compõem o grupo de

combate a acidentes de trabalho no Ceará. A ideia era levar o debate sobre a proteção do trabalhador do campo às regiões do Estado onde há maior incidência de acidentes de trabalho.

A mesa de abertura do evento contou com a participação de magistrados do TRT/CE e de autoridades convidadas

O público assistiu a palestras sobre exposição a agrotóxicos, agricultura familiar, agropecuária e desenvolvimento sustentável e sobre direito previdenciário





Combatendo acidentes de trabalho

Trabalho Seguro no Pecém



Comitiva do TRT/CE
em visita à Companhia
Siderúrgica do Pecém

A gestão regional do Programa Trabalho Seguro (PTS) visitou, em março de 2016, a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no município de São Gonçalo do Amarante. Além de dialogar com administradores e operários, a comitiva do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará conheceu a estrutura do complexo responsável por empregar atualmente mais de 2.800 trabalhadores.

O desembargador Francisco José Gomes, um dos gestores regionais do PTS, falou sobre as ações do Programa criado para combater acidentes de trabalho e os prejuízos causados pelos acidentes. “Todos perdem com o acidente de trabalho. Evitá-lo é impedir que o trabalhador sofra ou morra, que o Estado pague um custo por isso e que o empregador tenha que arcar com



indenizações por danos morais e materiais”, enfatizou o magistrado.

Também participaram da visita o diretor técnico e de operações do Grupo M. Dias Branco, Sidney Leite dos Santos, o professor de sociologia da Universidade Federal do Ceará, Osmar de Sá Ponte Júnior, além de assessores dos magistrados.

**O complexo é
responsável
por empregar
mais de 2.800
trabalhadores**

Diretores da companhia
receberam orientações
de como combater
acidentes de trabalho



Combatendo acidentes de trabalho



Des. Francisco José Gomes reuniu-se com as ministras do TST Delaíde Alves Arantes e Maria Helena Mallman

Ações em Brasília

■ O desembargador Francisco José Gomes participou de encontros, nos dias 4 e 5 de abril de 2016, com membros da Comissão de Política e Relações Trabalhistas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CPRT/CBIC) e com ministras do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, com o objetivo de divulgar iniciativas para combater acidentes de trabalho no Ceará.

O desembargador Francisco José Gomes, um dos gestores regionais do Programa Trabalho Seguro (PTS), falou para empresários do ramo da construção civil sobre as ações promovidas pelo Tribunal Regio-

nal do Trabalho do Ceará e por mais de 40 instituições do Estado. “Estamos conversando com sindicatos e vários segmentos da sociedade para alertar sobre os prejuízos causados pelos acidentes de trabalho e também sobre a importância da prevenção”, disse o magistrado.

No TST, o magistrado reuniu-se com as ministras Delaíde Alves Miranda Arantes e Maria Helena Mallman. Elas são as gestoras nacionais do PTS. Na pauta do encontro, os eventos que seriam realizados no Ceará para lembrar o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho.

Selo O Acidente Não Compensa

■ O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, em parceria com o Sindicato das Construtoras do Ceará (Sinduscon-CE), por meio da gestão regional do Programa Trabalho Seguro e do Programa Obra Segura, lançou o selo O Acidente Não Compensa, como parte da campanha para combater acidentes de trabalho na construção civil. O evento aconteceu em abril de 2016, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec).

Durante a cerimônia, também foram lançadas cinco cartilhas educativas com o objetivo de conscientizar

empresários e operários sobre as medidas de segurança e saúde para a prevenção de acidentes. As publicações traziam orientações sobre normas regulamentadoras que regem o ambiente de trabalho da construção civil.

Ainda houve duas palestras. A primeira, Como Reduzir Custos das Contribuições Sindicais, foi ministrada pelo gerente de Saúde e Medicina Ocupacional do Sesi, Gustavo Nicolai. Na segunda palestra, o advogado Rafael Arruda falou sobre Responsabilidade Civil/Criminal em Caso de Acidente de Trabalho.



O lançamento do Selo foi no auditório da Fiec



Combatendo acidentes de trabalho

Parceria para prevenir acidentes



A ministra do TST Maria Helena Mallman esteve presente no evento

■ O Tribunal Regional do Trabalho (TRT/CE), em parceria com o Sindicato das Construtoras do Ceará (Sinduscon-CE), por meio da gestão regional do Programa Trabalho Seguro (PTS), lançou em abril de 2016, a campanha O Acidente Não Compensa.

O objetivo era reduzir os acidentes de trabalho registrados na construção civil. O evento aconteceu no canteiro de obras do empreendimento Dom Condomínio Parque, da construtora Mota Machado, em Fortaleza.

Dentro da programação de lançamento da campanha, também houve uma palestra com o Gerente de Saúde e Medicina Ocupacional do Sesi, Gustavo Nicolai, abordando os impactos dos acidentes de trabalho e dos afastamentos previdenciários.

O evento aconteceu dia 25 de abril, no auditório Wal-dyr Diogo de Siqueira, na Fiec. Participaram da solenidade ministros, desembargadores, procuradores, empresários e representantes dos sindicatos associados à Fiec.



Des. Tarcísio Lima Verde Júnior discursou durante o evento



Responsabilidade ambiental



■ A responsabilidade social está intimamente relacionada a práticas de preservação do meio ambiente. Assim, uma instituição responsável socialmente deve

ser conhecida pela criação de políticas ambientais, tendo como um dos seus principais objetivos a sustentabilidade.

As ações de responsabilidade socioambiental na Justiça do Trabalho do Ceará são conduzidas pela Comissão de Gestão Ambiental (Ecosétima). Essa comissão foi criada em agosto de 2008, com o objetivo de adequar as

ações do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará aos referenciais de sustentabilidade socioambiental. A Comissão trabalha para envolver todos os cidadãos que frequentam as unidades da Justiça do Trabalho do Ceará em ações que promovam qualidade de vida e responsabilidade social.

Como resultado de suas boas práticas nessa seara,

a Justiça do Trabalho do Ceará recebeu, em fevereiro de 2016, o Selo A3P Verde de Sustentabilidade na Administração Pública. A certificação, concedida pelo Ministério do Meio Ambiente, foi um reconhecimento pela promoção de práticas de gestão ambiental e pela adesão formal ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública.

Coleta de resíduos recicláveis



O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará assinou, em setembro de 2014, termo de compromisso com as associações de catadores do Jangurussu, Brisamar e Rosa Virgínia para a coleta de resíduos recicláveis descartados pelo órgão. As três associações foram escolhidas por meio de edital público e podem recolher os materiais produzidos no edifício-sede do Tribunal e no Fórum Autran Nunes.

“É um projeto de extremo alcance social e que tem uma função ambiental muito grande”, disse a diretora da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, Eveline Barreto. Desde 2012, a Justiça

do Trabalho do Ceará doa anualmente cerca de 10 toneladas de resíduos, que se transformam em renda para famílias carentes.

Decreto - O gerenciamento adequado dos resíduos faz parte das ações da Comissão de Gestão

Ambiental do TRT/CE para assegurar na Justiça do Trabalho do Ceará o cumprimento do Decreto nº 5.940/2006. Ele determina

a separação dos resíduos recicláveis na administração pública federal e a destinação para associações ou cooperativas de catadores.



O des. Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior e líderes das associações de catadores assinaram termo de compromisso para receber do TRT/CE doação de material reciclável

Consumo consciente

Para promover o Dia Mundial da Água, o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará realizou, em março de 2016, uma roda de conversa sobre a situação hídrica do nosso Estado, com o objetivo de difundir o consumo consciente da água. O debate foi conduzido pelo gerente de Segurança e Infraestrutura da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogeh), Berthyer Peixoto Lima, no auditório do TRT/CE.

A presidente da Comissão Permanente de Gestão Ambiental do TRT/CE (Ecosétima), juíza do trabalho Aldenora de Souza Siqueira, defendeu que é dever de cada cidadão reconhecer sua parcela de responsabilidade no consumo consciente da água. “Além do cenário de seca severa que caracteriza o semiárido cearense, a nossa realidade hídrica atual é reflexo das consequências da má gestão desse bem”, afirmou.

Semana do Meio Ambiente



O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, o Tribunal Regional Eleitoral, a Justiça Federal do Ceará e o Tribunal de Justiça do Estado organizaram a Semana do Meio Ambiente 2015, com o tema Vida em Movimento. O evento aconteceu de 1º a 5 de junho nos prédios dos órgãos parceiros com o objetivo de estimular o uso de bicicletas por servidores. A iniciativa foi da Comissão de Gestão Ambiental do TRT/CE.

O primeiro dia de programação contou com a palestra Clima e Água: A urgência das ações do poder público, ministrada pelo professor da Universidade Estadual do Ceará Alexandre Araújo Costa.



Roda de conversa no TRT/CE estimulou o uso da bicicleta como meio de transporte

O evento foi realizado em parceria com outros órgãos do Poder Judiciário no Ceará



Oficina sobre cultivo de horta ocorreu no Mondubim

Além disso, houve uma roda de conversa com o tema De Bicicleta para o Trabalho: o que você precisa saber e o que a sua instituição precisa fazer, que teve como facilitador o servidor do TRE/CE Mário Henrique. No terceiro dia, aconteceu uma oficina de customização de roupas.

Já no dia 4 de junho, feriado de Corpus Christi, houve uma oficina sobre o cultivo de hortas em pequenos espaços, no bairro Mondubim. Por fim, na sexta-feira, ocorreu a exibição do documentário Ciclovida, filmado no Ceará.

Canecas ecológicas



CANECA ECOLÓGICA
USE VOCÊ TAMBÉM



A Comissão de Gestão Ambiental do TRT/CE (Ecosétima) iniciou, em setembro de 2014, a distribuição de canecas ecológicas de fibra natural de coco para magistrados, servidores e colaboradores. O objetivo da campanha era substituir os copos descartáveis por um produto reciclável, reduzindo gastos e os impactos de resíduos plásticos no meio

ambiente. Foram distribuídas cerca de 1.500 canecas ecológicas.

Consumo - De acordo com Divisão de Material e Patrimônio, entre 2012 e 2013, foram consumidos 775 mil copos descartáveis no TRT/CE. “Além dos custos, os copos plásticos geram um volume enorme de lixo”, alertou a coordenadora da Ecosétima, Silvana Teixeira.



Campanha foi divulgada com cartazes que mostravam servidores, magistrados e funcionários terceirizados adotando a caneca ecológica

Toneladas de solidariedade

A Associação dos Catadores do Jangurussu recebeu, no dia 12 de maio de 2016, mais de uma tonelada de documentos doados pelo Setor de Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará. A eliminação de processos administrativos é realizada anualmente e integra as ações de gestão ambiental do TRT/CE.

São ofícios, memorandos, projetos e estudos interrompidos, relatórios de atividades, despachos e outros documentos admi-

nistrativos sem utilidade que foram entregues para reciclagem, após autorização da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Regional.

O TRT/CE assinou termo de compromisso com as associações de catadores do Jangurussu, Brisamar e Rosa Virgínia para a coleta de resíduos recicláveis descartados pelo órgão. Além dos documentos doados pelo Setor de Arquivo, as associações recebem cerca de dez toneladas de materiais anualmente.

Cuidados com o meio ambiente



A Comissão de Gestão Ambiental do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará (Ecosétima) reforçou, durante a gestão 2014-2016, as campanhas de arrecadação de pilhas e óleos de cozinha usados. As campanhas visam, pelo uso da reciclagem, transformar o mundo em um lugar mais sustentável e preservar o meio ambiente.

Para reciclar pilhas usadas, coletores estão instalados nas portarias do Tribunal e na Diretoria do Fórum para o recolhimento



Para participar e ajudar a natureza, no caso dos óleos usados, basta trazê-los ao TRT e ligar para o número 3388-9391. No caso das pilhas usadas, coletores estão instalados nas portarias do Tribunal e na Diretoria do Fórum para o recolhimento.

Após recolhidas pela Ecosétima, as pilhas são encaminhadas para a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma). O óleo de cozinha é entregue a associações na cidade, como a Associação dos Catadores do Jangurussu e a Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virgínia.



Des. Tarcísio Lima Verde Júnior plantou mudas de ipê na calçada do Anexo 2 do TRT/CE

Paraciclos de todos



■ Eles têm o privilégio de chegar mais rápido ao trabalho, sentem-se livres, evitam congestionamento no trânsito, vivenciam a cidade de maneira mais próxima, ficam mais dispostos e aumentam os benefícios para a saúde. Cada vez mais servidores optam por utilizar a bicicleta como meio de transporte para o trabalho.

Para estimular essa prática, a Justiça do Trabalho do Ceará passou a oferecer, desde maio de 2016, três paraciclos para estacionamento de bicicletas. Os bicicletários estão disponíveis para servidores, magistrados, funcionários terceirizados, estagiários, advogados e público em geral e encontram-se no Fórum Autran Nunes (Centro de Fortaleza), no Anexo 1 da sede do TRT/CE (Aldeota) e no Fórum do Cariri (Juazeiro do Norte).

Um paraciclo é um tipo de bicicletário mais simples, onde estruturas afixadas no chão servem de apoio para estacionar bicicletas de maneira rápida, gratuita e segura. Na Justiça do Trabalho, cada estação é composta por seis suportes e um totem contendo cartaz que divulga os benefícios do uso desse meio de transporte.

A ação atende ao Plano de Logística Sustentável da Justiça trabalhista cearense, dentro do indicador que busca incentivar a realização de ações que promovam a prática de atividades físicas e esportivas para melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.



Paraciclos podem ser utilizados por servidores, magistrados, estagiários, funcionários terceirizados e público em geral



Superação



***Hoje aposentado,
o servidor é referência
nacional no triathlon,
modalidade esportiva
que congrega natação,
ciclismo e corrida***

Em 1996, Paulo Cardoso foi atropelado por um caminhão, acidente que o deixou cego. Hoje aposentado, o servidor do TRT/CE é referência nacional no *triathlon*, modalidade esportiva que congrega natação, ciclismo e corrida.

Para contar sua história de superação, o triatleta participou de uma roda de conversa com magistrados, servidores, estagiários e funcionários terceirizados no dia 20 de maio de 2016, no Fórum Autran Nunes.

O evento foi uma iniciativa da Ecosétima em parceria com o programa Cuidar Mais, da Divisão de Saúde do TRT/CE, e faz parte do Plano de Ações de Logística Sustentável, que trata também da realização de ações que promovam a prática de atividades físicas esportivas para melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O evento foi uma iniciativa da Ecosétima em parceria com o programa Cuidar Mais, da Divisão de Saúde do TRT/CE



O evento reuniu magistrados, servidores, estagiários e funcionários terceirizados

Eventos





■ A promoção de eventos constitui importante ferramenta estratégica de relacionamento com os públicos de uma instituição. Nessas ocasiões, a prática dos valores, da visão e da missão organizacionais é exercida presencialmente por todos os envolvidos na atividade da instituição promotora do evento. Mais do que participar de congressos, conferências, seminários, palestras, exposições, premiações e cerimônias, a audiência tem a oportunidade de vivenciar uma real experiência com a instituição, resultando no fortalecimento da imagem do órgão e no estreitamento do convívio com a sociedade.

Para valorizar esse aspecto junto a seus públicos, o TRT/CE realizou diversos eventos de pequeno e de médio porte, alguns a nível regional e nacional, sempre com o objetivo de promover o debate crítico e responsável pelo desenvolvimento da prestação jurisdicional, dos meios seguros e decentes de trabalho, pelo bom serviço da administração pública, por práticas laborais saudáveis e pela ampliação dos direitos fundamentais, sociais e humanos.

Ainda que algumas das solenidades tenham caráter esporádico ou fortuito, o sucesso dos eventos, atestado pela ampla par-

ticipação dos convidados, só foi possível graças ao planejamento de esforços conjugados de uma grande rede de servidores e de magistrados, dedicados ao desenvolvimento do conceito ou ideia do evento, estudos de viabilidade, divulgação, produção, execução e avaliação de resultados.

Nas próximas páginas, revisitamos brevemente algumas dessas ocasiões especiais que marcaram nosso calendário entre 2014 e 2016, na esperança que a lembrança desses momentos tão produtivos e edificantes possam nos inspirar para a realização e para a comemoração de novas efemérides.

Memória da Justiça do Trabalho



■ O 7º Encontro Nacional de Memória da Justiça do Trabalho foi um dos primeiros eventos realizados sob a nova administração que se iniciava. O evento reuniu profissionais de centros de memória e de museus de todas as regiões do Brasil, no Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, em outubro de 2014. Os 150 profissionais inscritos no evento debateram, por dois dias, os rumos da preservação e da gestão documental na Justiça do Trabalho.

“É inegável o dever do poder público de atuar na gestão documental e na proteção a documentos e arquivos”, afirmou o presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima

Verde Júnior, na abertura do encontro. Para o magistrado, a preservação do acervo material e imaterial que retrata a trajetória histórica da Justiça do Trabalho é um direito fundamental dos cidadãos e dever da administração pública.

A palestra de abertura do Encontro foi proferida pela desembargadora do TRT de Pernambuco Eneida Melo de Correia Araújo. Ela falou sobre o papel de magistrados e de servidores na preservação da memória da Justiça do Trabalho. “A memória não é feita no passado. Ela é feita no presente com dados do passado e se projeta para o futuro”, disse a magistrada.

A preservação do acervo material e imaterial que retrata a trajetória histórica da Justiça do Trabalho é um direito fundamental dos cidadãos e dever da administração pública



A desembargadora do TRT/PE Eneida Melo de Correia Araújo palestrou na abertura do evento



Exposição fotográfica “Vida nova na Amazônia: da esperança à promessa não cumprida” fez parte das atividades do Encontro

Unidos contra o tráfico de pessoas



Representantes de embaixadas, ministros, magistrados, membros do Ministério Público e outras autoridades compareceram ao evento

Na pauta do encontro, estava o combate a quadrilhas que exploram 2,4 milhões de pessoas em todo o mundo e lucram US\$ 32 milhões por ano, segundo dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. No Brasil, a atuação desses grupos criminosos levou a Polícia Federal a abrir, de janeiro de 2010 a março de 2015, 374 inquéritos para investigar o tráfico doméstico e internacional de pessoas para fins de exploração sexual.

■ O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará (TRT/CE) reuniram em Fortaleza, nos dias 16 e 17 de abril de 2015, representantes de embaixadas, ministros, magistrados, membros do Ministério Público e outras autoridades para o 5º Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

“Temos o TRT do Ceará como grande parceiro do Conselho Nacional de Justiça na busca de capacitar e desenvolver ações para o enfrentamento ao tráfico de pessoas”, disse o conselheiro Guilherme Calmon na abertura do evento. Para ele, o tema deve ser encarado como uma política de Estado e requer uma atuação integrada de todos os órgãos e instituições envolvidas no combate ao crime.

“Temos o TRT do Ceará como grande parceiro do Conselho Nacional de Justiça na busca de capacitar e desenvolver ações para o enfrentamento ao tráfico de pessoas”

O conselheiro do CNJ Guilherme Calmon (ao centro) esteve na abertura do evento



Expondo a sustentabilidade



■ O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará realizou, em maio e em junho de 2015, a exposição Sustentabilidade na Justiça do Trabalho do Ceará. A mostra integrava a 13ª Semana Nacional de Museus e tinha como tema Museus para uma Sociedade Sustentável.

Em textos e fotografias, a exposição fez uma retrospectiva dos projetos e das ações de responsabilidade socioambiental que o órgão desenvolve com magistrados, servidores e sociedade. A exposição foi organizada pelo Setor de Memória e pelo Núcleo de Responsabilidade Socioambiental (Ecosétima) do TRT/CE.

Desde que foi criada, em 2008, a Ecosétima re-

aliza diversas ações educativas com a intenção de alcançar uma convivência crítica, responsável e consciente em relação aos recursos humanos e naturais.

Na exposição, alguns desses trabalhos foram mostrados, como visitas a associações de catadores, campanha de coleta de material reciclável, arrecadação de óculos para pessoas com deficiência visual, doação de brinquedos, alimentos e roupas para comunidades socialmente vulneráveis, doação de livros para penitenciárias, plantio de árvores, cursos de gestão e educação ambiental, campanhas para economia de água e de energia, entre outros.

A exposição fez uma retrospectiva dos projetos e das ações de responsabilidade socioambiental que o órgão desenvolve com magistrados, servidores e sociedade.



Na exposição, alguns desses trabalhos foram mostrados, como visitas a associações de catadores

Encontro de bibliotecários



De 19 a 21 de novembro de 2014, o TRT/CE sediou o Encontro de Bibliotecários da Justiça do Trabalho (Ebjut). Foi a segunda vez que profissionais de bibliotecas de Tribunais do Trabalho de todo o Brasil reuniram-se em Fortaleza. Durante o evento, foram debatidas as transformações que as bibliotecas vivenciam em decorrência dos avanços tecnológicos e do crescimento do merca-

do editorial dos conteúdos eletrônicos e digitais.

A palestra de abertura foi proferida pelo diretor da biblioteca da Universidade Federal do Ceará, Jonatan Soares, que falou sobre as estratégias para gestão de informações no âmbito corporativo.

Durante os três dias do Encontro, os participantes assistiram a palestras, mostra de boas práticas e participaram de reuniões técnicas.



Foi a segunda vez que profissionais de bibliotecas de todo o Brasil reuniram-se em Fortaleza



A placa alusiva aos 75 anos de fundação da SRTE no Ceará foi entregue ao presidente do TRT/CE

A fiscalização realizada pela SRTE é uma das melhores formas de reprimir e prevenir as constantes violações aos direitos dos trabalhadores

Homenageado pela SRTE

O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará foi uma das instituições homenageadas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) em cerimônia realizada, no dia 8 de maio, na sede do órgão. A placa alusiva aos 75 anos de fundação da SRTE no Ceará foi entregue ao presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, pelo superintendente em exercício Wellington da Silva.

“Parabéns por sua atuação séria e dedicada, entidade essencial ao sistema de proteção instituído pela legislação trabalhista”, declarou o desembargador presidente do TRT/CE, em artigo publicado no jornal

O Povo. Para o magistrado, a fiscalização realizada pela SRTE é uma das melhores formas de reprimir e de prevenir as constantes violações aos direitos dos trabalhadores.

História - Criada em 1940, ainda como Inspeção Regional do Trabalho e logo depois denominada Delegacia Regional do Trabalho, a SRTE/CE faz parte da história do trabalhador cearense. O órgão tem como missão promover o equilíbrio das relações de trabalho por meio da ação fiscal, da intermediação dos conflitos, do apoio às políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e da assistência ao cidadão.

O Nordeste contra os acidentes de trabalho



Fortaleza sediou, nos dias 10 e 11 de setembro de 2015, o 1º Seminário Nordestino do Programa Trabalho Seguro (PTS), que reuniu gestores e representantes das instituições parceiras do Programa nos nove estados da Região. Organizado pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, o evento tinha o objetivo de promover troca de experiências e conjugar esforços no combate a acidentes de trabalho.

Durante o encontro, os gestores do PTS promoveram um ambiente de debate, estudos e compartilhamento de boas práticas, focado na temática da proteção ao trabalhador.

A pauta do evento, segundo os organizadores, levou em consideração as similaridades sociais, econômicas e geográficas dos estados que integram a região Nordeste.

No primeiro dia do encontro, foram realizadas palestras sobre prevenção de acidentes de trabalho, sobre saúde e segurança do trabalho e também sobre o impacto dos acidentes de trabalho na previdência social. Já no segundo dia, foram discutidas a contribuição da engenharia de segurança do trabalho nas perícias judiciais, a responsabilidade civil em acidentes de trabalho envolvendo máquinas e equipamentos e a questão das provas no acidente e no adoecimento.

Palestra do ministro do TST Cláudio Brandão (centro) encerrou as atividades do Seminário



A pauta do evento levou em consideração as similaridades sociais, econômicas e geográficas dos estados que integram a região Nordeste

O 1º Seminário Nordestino do Programa Trabalho Seguro reuniu gestores e representantes das instituições parceiras do Programa nos nove estados da Região

Trabalho decente



■ O Primeiro Seminário Cearense Trabalho Decente aconteceu em outubro de 2015. O evento, realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho do Ceará e pelo Ministério Público do Trabalho, reuniu mais de 300 profissionais em Fortaleza para debater as piores formas de trabalho e construir uma agenda do trabalho decente no Estado.

Para a ministra Kátia Magalhães Arruda, as formas degradantes de trabalho, como trabalho escravo, trabalho infantil e a grande quantidade de acidentes de trabalho registrados, já não chocam mais a sociedade. “A exploração do trabalho humano vem sendo banalizada, trivializada, tornou-se comum”, disse. Ela fez uma análise das piores formas de degradação do trabalho durante a abertura do Seminário.

Organizado pela Escola Judicial do TRT/CE,



O evento reuniu mais de 300 profissionais em Fortaleza

o Primeiro Seminário Cearense Trabalho Decente contou com o apoio das gestões regionais dos programas de prevenção de acidentes de trabalho, de combate ao trabalho infantil e de erradicação do trabalho escravo da Justiça do Trabalho do Ceará.

Para a ministra Kátia Arruda, as formas degradantes de trabalho já não chocam mais a sociedade



A ministra Kátia Arruda fez uma análise das piores formas de degradação do trabalho durante a abertura do Seminário

Homenagens ao Coordinfância e ao Peteca



O presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, recebeu uma das comendas em nome do ministro do TST Lélío Bentes Corrêa

Sessão solene na Assembleia Legislativa do Ceará, em novembro de 2015, celebrou os 15 anos de criação da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescente (Coordinfância) e os sete anos de atuação do Programa de Educação Contra Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Peteca).

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, e a gestora regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho, desembargadora Regina Gláucia Cavalcante, participaram das homenagens.

A autora do requerimento para a sessão solene, deputada Rachel Marques, enfatizou a importância do trabalho desenvolvido pelas entidades e destacou o esforço do Peteca. O programa da Procuradoria Regional do Trabalho do Ceará realiza um conjunto de ações de conscientização sobre direitos da criança e do adolescente.



A sessão solene na Assembleia Legislativa do Ceará ocorreu em novembro de 2015

Durante o evento, foram entregues placas em homenagem aos profissionais e autoridades que contribuem para a erradicação do trabalho infantil

Homenagens - Durante o evento, foram entregues placas em homenagem aos profissionais e às autoridades que contribuem para a erradicação do trabalho infantil. O presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, recebeu uma das comendas em nome do ministro do Tribunal Superior do Trabalho Lélío Bentes Corrêa.

Estudos e intercâmbio



O objetivo da Assembleia é harmonizar atividades didáticas e acadêmicas de Escolas de Magistratura do Trabalho de todo o País

■ O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará sediou a 47ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra). O evento reuniu magistrados e assessores pedagógicos das Escolas Judiciais de todo o país com o objetivo de promover estudos e intercâmbio de experiências. O Conematra aconteceu nos dias 26 e 27 de novembro de 2015, no Hotel Golden Tulip, em Fortaleza.

Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente do Conselho, desembargador Brasilino Santos Ramos. Na programação do Conematra, constavam seminários e oficinas de Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos. Ainda houve palestra sobre metodologia de estudos de casos e oficinas de boas práticas.

Conselho - O Conematra é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, composta

pelos Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho. O Conselho realiza anualmente uma assembleia ordinária e outras assembleias extraordinárias com o objetivo de harmonizar atividades didáticas e acadêmicas de Escolas de Magistratura do Trabalho.

O Conematra aconteceu nos dias 26 e 27 de novembro de 2015, no Hotel Golden Tulip, em Fortaleza



O evento reuniu magistrados e assessores pedagógicos das Escolas Judiciais de todo o país

É campeão



■ Duas medalhas de ouro conquistadas no último dia de provas da 13ª Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho (ONJT), em Maceió, levou a delegação do TRT/CE ao topo do quadro de medalhas e garantiu aos atletas o título de campeões da competição realizada em setembro de 2014. O Regional terminou a Olimpíada com 51 medalhas, sendo 24 de ouro, 12 de prata e 15 de bronze.

Já na 14ª Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho realizada em outubro de 2015, em Goiânia (GO), os atletas da Justiça do Trabalho do Ceará terminaram sua participação na 6ª colocação geral, dentre 22 regionais participantes, atrás apenas dos tribunais da Paraíba, TST, Goiás, Distrito Federal/Tocantins e do campeão, Pernambuco.

No total, o Ceará conquistou 35 medalhas, sendo doze de ouro, dez de prata e 13 de bronze. As medalhas de ouro vieram da natação, modalidade na qual o TRT/CE conquistou o segundo lugar geral, e do tiro ao alvo, no qual o Ceará ficou em primeiro. As outras medalhas ficaram

O TRT/CE terminou a ONJT 2014 com 51 medalhas



entre atletismo, basquete, dominó, tênis de mesa, futsal e xadrez.

A Administração do Regional apoiou as duas edições da competição, como forma de promover a saúde e a qualidade de vida dos servidores. A delegação do TRT/CE também teve o apoio do Sindicato dos Servidores da 7ª Região da Justiça do Trabalho e de Ricardo Valente Advogados Associados.



O evento é aberto a servidores ativos, aposentados e magistrados

Promovendo saúde



TRT/CE promoveu, de 26 a 29 de outubro de 2015, a 1ª Semana da Saúde no Trabalho, em comemoração ao Dia do Servidor. A programação contou com *shows*, palestras, feiras, oficinas, aula de ginástica, exames e orientações médicas e foi ofertada para servidores da capital e do interior.

A primeira Semana da Saúde foi aberta com um café da manhã e música. No Tribunal e no Fórum Autran Nunes, magistrados, servidores, estagiários e pessoal terceirizado participaram de várias atividades ao som da Banda Vozes da Justiça e do Coral Sétima Voz.

Na tenda da saúde, localizada nas entradas do Tribunal e do Fórum, os participantes puderam verificar a pressão arterial, a glicemia e receber orientações médicas. Também houve distribuição de preservativos e uma feira de troca-troca, onde servidores puderam deixar materiais recicláveis ou frascos de vidro para acondicionamento de leite materno em troca de mudas de árvores e brindes, como bonés, camisas e garrafinhas *squeeze*.

Do lixo ao Oscar - Como parte da programação da Semana da Saúde do TRT/CE, foi realizada uma palestra com Tião Santos. Ele é o protagonista do documentário *Lixo Extraordinário*, que concorreu ao Oscar em 2011. Tião conversou com o pessoal terceirizado do Tribunal sobre sua experiência como catador e sobre a importância do aproveitamento do lixo. Tião fez



Servidores assistem a oficina de suco detox

ainda uma palestra motivacional para magistrados, servidores e estagiários.

O ex-catador de material reciclável é idealizador do Movimento Limpa Brasil, que já passou por várias cidades brasileiras ensinando à população a coletar resíduos recicláveis. Também é escritor. Recentemente lançou o livro *Do lixo ao Oscar*, escrito em parceria com a jornalista Carolina Drago.

A programação contou com *shows*, palestras, feiras, oficinas, aula de ginástica, exames e orientações médicas

O ativista Tião Santos fez palestra motivacional para magistrados, servidores e estagiários



Excelência Funcional



O Título de Excelência Funcional 2014 foi entregue em outubro de 2015. Os homenageados receberam medalhas e diplomas como forma de reconhecimento pela qualidade e compromisso no trabalho.

“Este prêmio representa o reconhecimento por todo o trabalho e dedicação de vocês. Para o Tribunal, fica um sentimento de muita satisfação em ver que temos tão bons servidores. Desejo a todos que se espelhem nesses exemplos e procurem se dedicar cada vez mais”, disse o presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior.

O título de excelência funcional tem o objetivo de valorizar os servidores e incentivá-los ao crescimento, à produtividade e à melhoria da qualidade dos serviços prestados. Os homenageados são eleitos pelos próprios colegas de trabalho. Essa foi a sexta edição do prêmio.



Dez servidores foram agraciados, entre representantes do primeiro e segundo graus



Ordem Alencarina



Judiciário do Trabalho foi criada em 1993 com o objetivo de homenagear autoridades e personalidades que se destacam no Direito ou prestam relevantes serviços à Justiça do Trabalho. Ela é constituída por seis graus. O mais elevado é o Grão-Colar, concedido apenas para presidentes da República e chefes de Estados estrangeiros. Depois vêm os graus Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro.



Foram homenageadas 28 autoridades e personalidades que prestaram relevantes serviços à Justiça do Trabalho

■ O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará entregou, em dezembro de 2015, medalhas da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho. Foram homenageadas 28 autoridades e personalidades que prestaram relevantes serviços à Justiça do Trabalho ou que se destacaram em algum ramo do Direito. A solenidade de entrega das condecorações aconteceu na sede do TRT/CE.

O Tribunal realiza a cerimônia de entrega da Ordem Alencarina a cada dois anos. A última entrega da comenda havia acontecido em dezembro de 2013, quando foram homenageadas 20 personalidades. Os agraciados são indicados pelos membros do Conselho da Ordem, formado pelos 14 desembargadores que compõem o TRT/CE.

Honraria - A Ordem Alencarina do Mérito



Ampliações e Reformas





■ Duas importantes obras realizadas durante a administração 2014-2016 representam bem a preocupação do Regional com a melhoria do atendimento aos jurisdicionados, tanto na capital como nas unidades do interior do Estado. A construção do Fórum Desembargador do Trabalho Paulo da Silva Porto, em Juazeiro do Norte, e a reforma do edifício Desembargador Manoel Arízio de Castro, em Fortaleza,

dão a dimensão do cuidado do TRT/CE com a satisfação dos usuários da Justiça do Trabalho.

O Fórum do Cariri, definido pelo presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima Verde, como marco divisor na história do Judiciário trabalhista, foi entregue à população da região em agosto de 2015. Com amplas e modernas instalações, a unidade era ansiosamente aguardada pela população jurisdicionada, principalmente dos municípios de Juazeiro do Norte e do Crato.

A concentração dos serviços em um mesmo prédio foi um facilitador para o acesso à Justiça do Trabalho, além de contribuir para uma melhor qualidade de vida de magistrados e de servidores. A chegada do novo

equipamento foi muito comemorada por empregados e empregadores e também pelos advogados que militam no Cariri.

Já a reforma do Edifício Desembargador Manoel Arízio de Castro, prédio pertencente ao complexo do Fórum Autran Nunes, teve por objetivo remodelar por completo a edificação construída há mais de 30 anos. A modernização dotou o prédio de instalações mais compatíveis com as novas demandas tecnológicas, além provê-lo de equipamentos sustentáveis, voltados para o uso racional da água e para a economia de energia elétrica.

Além dessas duas importantes obras, a administração 2014-2016 também promoveu ampliações e reformas nos prédios anexos ao Tribunal e em varas do trabalho do interior do Estado. Tudo feito pensando no bem-estar dos usuários dos serviços e na qualidade de vida de magistrados e de servidores.

Cariri ganha o maior fórum trabalhista do interior



■ O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará inaugurou, em agosto de 2015, em Juazeiro do Norte, o Fórum Desembargador Paulo da Silva Porto. O novo Fórum do Cariri possui 3.600 m² de área construída sobre um terreno de 4.712 m². É o maior fórum trabalhista do interior e o segundo maior do Ceará.

“O novo fórum é um marco divisor na história da Justiça do Trabalho no Cariri, no Ceará e em todo o Brasil”, disse o presidente do TRT/CE, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, em seu discurso no ato de inauguração.

Foram investidos cerca de R\$ 5,2 milhões para concluí-lo. Três varas do trabalho estão instaladas no local, mas o projeto já foi concebido para receber uma quarta unidade. O terreno que abriga o Fórum foi doado pela prefeitura, que também assumiu o compromisso de urbanizar o local para receber a população jurisdicionada.

As amplas e modernas instalações permitem aos trabalhadores, empregadores e advogados usufruírem dos serviços das duas varas do trabalho que funcionavam em Juazeiro do Norte mais a do Crato em um único espaço. Juntas, as três unidades da Justiça do Trabalho atendem 26 municípios da região e possuem uma das maiores movimentações processuais do Estado.

Unidade verde - O Fórum do Cariri é a primeira unidade sustentável da Justiça do Trabalho na Região Nordeste. Telhas de alumí-



O novo Fórum do Cariri possui 3.600 m² de área construída sobre um terreno de 4.712m².

Foram investidos cerca de R\$ 5,2 milhões no projeto

Três varas do trabalho estão instaladas no local, mas o projeto já foi concebido para receber uma quarta unidade



Xilogravuras do artista cearense João Pedro do Juazeiro ornamentam as paredes do novo Fórum do Cariri



Vice-presidente do TRT/CE, desembargador Plauto Porto, descerra placa em homenagem a seu pai, desembargador Paulo Porto, que dá nome ao Fórum

nio termoacústico, central de ar-condicionado inteligente, sistema de captação de águas pluviais e espaços ergonômicos garantem benefícios ambientais e econômicos aos atuais usuários e às gerações futuras. Integrada ao ambiente e ao clima do Cariri, a nova unidade tira o melhor proveito da ventilação e da iluminação local.

Homenagem: Durante a solenidade de inauguração, foram descerrados placa e retrato em homenagem ao desembargador Paulo da Silva Porto, que dá nome ao Fórum do Cariri. “Tenho certeza de que a presença de seu nome no pórtico deste Fórum dignifica a Justiça do Trabalho e está a altura do povo desta região”, disse, em seu discurso, o vice-presidente do TRT/CE, desembargador Plauto Carneiro Porto, que é filho do homenageado.

Reformas estruturais



Os trabalhos de manutenção dos prédios da Justiça do Trabalho do Ceará são constantes. Para a execução das tarefas, a Divisão de Manutenção do TRT/CE conta com os setores de Serviços de Infraestrutura Civil e de Central de Serviços de Manutenção. Só no ano de 2015, foram realizados 1.939 atendimentos. A maioria estava relacionada à parte elétrica das edificações.

Ao longo do biênio 2014/2016, a Divisão e seus setores realizaram várias ações preventivas. Em junho de 2015, foi regulamentada uma lei que torna obrigatória a vistoria técnica e a manutenção preventiva e periódica das



No Anexo II, foram recuperadas uma viga e parte da laje da rampa de entrada de veículos do subsolo



Execução de serviços de pintura, recuperações estruturais e outras melhorias foram feitas nos prédios do Tribunal e nas varas do trabalho do interior

edificações e dos equipamentos públicos ou privados no município de Fortaleza. Com isso, vistorias regulares passaram a ser feitas nos prédios da Justiça do Trabalho da capital.

No Anexo I do TRT/CE, foram recuperados todos os pilares no nível do estacionamento (subsolo), devido à oxidação das ferragens e à degradação do recobrimento do concreto. Já no Anexo II, foram recuperadas uma viga e parte da laje da rampa de entrada de veículos do subsolo, que estavam com suas estruturas comprometidas devido a infiltrações de água. A recuperação tem também como objetivo prevenir que essas infiltrações voltem a acontecer.

Além de todos os contratos continuados de manutenção predial, destacam-se as seguintes ações:

1) Substituição de parte do sistema de refrigeração das unidades do interior por aparelhos tipo *split*, mais econômicos. Entre 2014 e 2016, foram investidos aproximadamente R\$ 160 mil reais na aquisição e instalação dos equipamentos que já geraram economia superior

a R\$ 300 mil no consumo de energia elétrica;

2) Execução de serviços de pintura, recuperações estruturais e outras melhorias nos prédios do Tribunal e, em especial, nas varas do trabalho.

3) Aquisição de novos equipamentos *nobreak* para as varas do trabalho do interior do Estado.

4) Aquisição de sistema de *nobreaks* em paralelo redundante para o Fórum do Cariri.

O diretor da Divisão de Manutenção, André Firmino, explica que, além dos fatores de conservação e estética, as intervenções buscam observar as condições

de saúde, segurança e de conforto. “Dentro do planejamento realizado, foi priorizado o atendimento de serviços que envolviam segurança das instalações e dos prédios localizados no interior do Estado, que se encontravam há mais tempo sem serviços de reformas”, disse o servidor.

Vara do Trabalho de Tianguá ganhou novo sistema de refrigeração



Varas do Trabalho de Baturité (ao lado) e de Maracanaú (abaixo) ganharam reformas estruturais e na fachada



Reformas nos anexos



Na gestão 2014-2016, também foram iniciadas duas importantes reformas nos prédios anexos ao Tribunal. As obras realizadas no mezanino do anexo I e na área utilizada pelos servidores terceirizados, no Anexo II do TRT/CE, começaram no início de 2015 e, até a conclusão dos dois equipamentos, serão gastos R\$ 450 mil.

Conforme informações do fiscal da obra, engenheiro Ataliba Fontinele Carneiro, está sendo redefinido o *layout* da área de 359,7 m² do mezanino do Anexo I. A reforma resultará em ambiente com novos pisos, forros e divisórias. O trabalho objetiva melhorar o funcionamento dos setores de transporte, segurança, telefonia e Ouvidoria e a ocupação de novos setores, como Cerimonial, Ecossétima e sala-cofre.

A reforma da área de 173,5 m², ocupada pelos terceirizados, no Anexo II, tem a finalidade básica de adequar o espaço às condições de higiene e segurança do trabalho, determinadas pelo Ministério do Trabalho.

A reforma resultará em ambientes, tipo refeitório, com adaptação ao funcio-

namento de fogão e micro-ondas. Também funcionarão instalações com espaço próprio para repouso dos funcionários em horários intrajornadas (alimentação, pausas ou descanso). Todos os ambientes serão climatizados.

A área externa será ampliada com espaço destinado à lavanderia, com divi-

sória em vidro e cobertura em painel isolante térmico para apoio. Há também um espaço com pergolado em madeira, coberto em policarbonato para fins de ampliação da área interna e um abrigo para o gás do refeitório. Também foi planejada reforma completa dos banheiros.



A nova sala dos terceirizados será climatizada



O trabalho objetiva melhorar o funcionamento dos setores de transporte, segurança, telefonia e Ouvidoria e a ocupação de novos setores como Cerimonial, Ecossétima e sala-cofre

Fórum de São Gonçalo do Amarante



O terreno onde o prédio será construído possui 4.455 m²

Quando estava prestes a comemorar dois anos de instalação, no dia 22 de maio de 2016, a Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante, município pertencente à Região Metropolitana de Fortaleza, ganhou de presente os projetos executivos para construção de sua sede própria. O prédio terá 1.135 m² de área construída e já foi projetado para abrigar uma segunda vara.

O projeto do Fórum de São Gonçalo do Amarante contempla ampla

área de estacionamento, áreas de circulação com paisagismo, agência bancária, restaurante, áreas administrativas e áreas de utilidades. O terreno onde o prédio será construído foi doado pela Prefeitura e possui 4.455 m².

Ainda não há previsão para o início das obras, mas, de acordo com o Setor de Projetos da Divisão de Engenharia do TRT/CE, o custo estimado para implantação do Fórum é de R\$ 4,9 milhões (valor referente a maio de 2016).

Sustentabilidade

O novo Fórum trabalhista foi pensado para contemplar aspectos de acessibilidade e sustentabilidade. Estão previstos captação, armazenamento e reaproveitamento das águas da chuva, ar condicionado central de alta eficiência energética, iluminação eficiente, estação de tratamento de efluentes, isolante termo acústico reforçado nos ambientes de trabalho, bicicletário coberto, entre outros itens.

Pedra fundamental

O TRT/CE lançou a pedra fundamental das futuras instalações da Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante no dia de sua implantação, 22 de maio de 2014.

Enquanto o TRT/CE constrói o novo fórum, a vara funciona provisoriamente em um prédio alugado no centro da cidade, próximo à Prefeitura e à Praça da Igreja Matriz. A Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante foi a 37ª vara do trabalho instalada no Ceará.



Modernização do Fórum Autran Nunes



Em junho de 2016, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, fez a entrega da obra de modernização do Edifício Desembargador Manoel Arízio de Castro, prédio pertencente ao complexo do Fórum Autran Nunes. O edifício passou por uma ampla reforma e está praticamente preparado para receber os jurisdicionados. A obra, iniciada em fevereiro de 2015 ao custo de 7 R\$ milhões, estava prevista para ser concluída no início de 2016, mas, devido a restrições orçamentárias, não foi totalmente finalizada.

O presidente lamentou o fato de os cortes orçamentários impostos à Justiça do Trabalho terem impedido a conclusão da obra. “Sei que esta reforma é ansiosamente aguardada por magistrados, servidores, advogados, patrões e empregados que utilizam os serviços da Justiça do Trabalho, mas cortes no orçamento não nos permitiram concluí-la”, justifica o magistrado.

De acordo com o diretor da Divisão de Engenharia, Gustavo Gesteira, 98,5% da modernização do prédio está finalizada. Falta substituir ou modernizar os elevadores, instalar o circuito fechado de televisão, reformar a subestação elétrica e implantar sistemas de telefonia e de comunicação visual. A expectativa é que no início do segundo semestre haja verba para concluir a obra e entregar o prédio aos jurisdicionados.



A obra estava prevista para ser concluída no início de 2016, mas, devido a restrições orçamentárias, não foi totalmente finalizada

O Edifício Desembargador Manoel Arízio de Castro possui mais de 30 anos de uso e nunca passou por grandes intervenções. A modernização promoveu uma recuperação estrutural, adequações para garantir acessibilidade, além de inserção de equipamentos de sustentabilidade e de eficiência energética.

Destaque para fachada. Feita com uma combinação de vidro e alumínio,

o equipamento possibilita uma maior luminosidade natural e impede a entrada de raios ultravioleta. A tecnologia também cria um isolamento térmico que melhora a eficiência do sistema de climatização.

A área total da obra é de aproximadamente 5.650 m². No térreo, há um hall de acesso com recepção, novo espaço para a Central de Mandados e espaço para agência bancária.

O 1º e 2º pavimentos abrigarão a 15ª, 16ª,

17ª e 18ª Varas do Trabalho. Funcionará duas varas por cada andar. No 3º andar, há espaço para abrigar uma quinta vara e funcionará a Divisão de Execuções Unificadas, Leilões e Alienações Judiciais. No 4º andar, há espaço para refeições rápidas, com área de convivência e salas para realização de eventos. No 5º andar, ficarão a Diretoria do Fórum, um consultório odontológico e uma área para o arquivo.



Passarela para o prédio anexo também foi restaurada



Nova fachada foi feita com uma combinação de vidro e alumínio, o que possibilita uma maior luminosidade natural e impede a entrada de raios ultravioleta



Novas salas de audiência estão mais amplas e iluminadas

Comunicação Social



■ A Divisão de Comunicação Social do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Dicom), em obediência ao Regulamento Geral da instituição, tem a competência de planejar, coordenar, dirigir e controlar a Política de Comunicação Social, abrangendo as áreas de Imprensa, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda, enfatizando os atos públicos relevantes do órgão, internos e externos, observadas as diretrizes traçadas pela Presidência.

As ações de Comunicação Social do TRT/CE são pautadas pela Resolução nº 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça, que trata da política de comu-

nicação no âmbito do Poder Judiciário. Esse documento manda dar ênfase à divulgação dos atos dos Tribunais, de suas decisões, programas e de suas ações, de forma a proporcionar uma maior reflexão sobre sua importância. “Promover o Poder Judiciário junto à sociedade de modo a conscientizá-la sobre a missão exercida pelo Tribunal, em todos os seus níveis, otimizando a visão crítica dos cidadãos a respeito da importância da Justiça como instrumento de garantia dos seus direitos e da paz social”, determina a Resolução do CNJ.

Na mesma linha, a Política de Comunicação Social,

no âmbito dos órgãos da Justiça do Trabalho, é disciplinada pela Resolução nº 80/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Entre os vários objetivos que devem nortear as ações de Comunicação Social, a resolução manda “divulgar, em linguagem clara e acessível, os direitos do cidadão e os serviços colocados à disposição da sociedade”.

Assim, a comunicação pública tornou-se peça fundamental na interlocução entre a sociedade e o Poder Judiciário para a promoção da consciência sobre os direitos dos cidadãos e a busca por aproximar cada vez mais a Justiça da comunidade em que atua.





Estúdio novo, programa novo



Desembargadores Jefferson Quesado e Tarcísio Lima Verde Júnior durante a gravação do programa de TV

■ O perfil da Justiça do Trabalho cearense foi o tema de estreia do novo programa de TV do TRT/CE, Justiça do Trabalho, que foi ao ar no dia 15 de abril de 2015. Participaram da edição o presidente e o corregedor do órgão, desembargadores Tarcísio Lima Verde Júnior e Jefferson Quesado Júnior, respectivamente. Com novos quadros, cenário e estúdio próprio, o Justiça do Trabalho é apresentado pela jornalista Camilla Andrade.

O Justiça do Trabalho entra no lugar do De Fato e de Direito, programa televisivo do TRT/CE no ar há mais de cinco anos.

O novo programa surgiu com novidades para

os telespectadores. Além da mudança do nome, o programa passou a ser gravado no estúdio localizado nas dependências da Divisão de Comunicação Social (Dicom) do Tribunal.

O estúdio foi inaugurado no dia 9 de abril de 2015 pelo desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, ocasião em que foi entrevistado para a gravação do primeiro episódio da nova temporada. Com modernas instalações, o estúdio da Dicom possui revestimento acústico, iluminação profissional e demais equipamentos necessários para uma boa produção televisiva.

O estúdio foi inaugurado no dia 9 de abril de 2015 pelo desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, ocasião em que gravou o primeiro episódio da nova temporada

Durante a gestão 2014-2016, foram produzidos 75 programas, sendo 34 ainda como De Fato e De Direito e 41 com o novo nome. Infelizmente, os cortes orçamentários impostos à Justiça do Trabalho atingiram em cheio a verba de comunicação e o programa teve sua gravação cancelada no início de 2016. O programa de TV do TRT, como também é chamado pelos telespectadores, atrai a atenção da população devido à forma clara como aborda os fatos de que trata a Justiça do Trabalho, desde a sua competência para julgar conflitos nas relações trabalhistas até os direitos e deveres de patrões e empregados.

Justiça do Trabalho na imprensa

Por meio do *clipping*, o TRT/CE realiza o monitoramento de todas as matérias publicadas na imprensa do Ceará e do Brasil que tratam da Justiça do Trabalho cearense, seja em jornal, revista, rádio, televisão ou *sites*. A atividade é de importância estratégica e tem o objetivo de acompanhar a divulgação das principais ações do órgão de interesse público e de garantir o alinhamento da imagem institucional ao preconizado com a missão, a visão e os valores organizacionais.

Durante a gestão 2014-2016, a Justiça do Trabalho do Ceará foi citada 1.724 vezes na imprensa, entre notícias, notas, reportagens, artigos, editoriais, colunas etc. Dessas, 77% tiveram origem proativa, isto é, quando a imprensa é pautada por notícias produzidas internamente pela Divisão de Comunicação Social, sempre no interesse da instituição.

Um termômetro utilizado para aferir qualitativamente esses números é analisar se as pautas divulgadas pela imprensa são favoráveis ou não à Justiça do Trabalho. Assim, nesse período, 87,3% das matérias publicadas na imprensa foram positivas, 9,6% neutras e apenas 3,1% negativas.

A pauta do Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizado pelo TRT/CE, foi manchete do jornal O Povo, em abril de 2015

O POVO
R\$ 2,50 FORTALEZA - CE - SEXTA-FEIRA - 27 DE ABRIL DE 2015 - ANO LXXXVIII Nº 19.112 - 87 ANOS - WWW.OPOVO.COM.BR

Conta de luz: 430 mil ameaçados de perder tarifa social no CE ECONOMIA PÁGINA 28

POLÍCIA FEDERAL
28 inquéritos investigam tráfico de pessoas em Fortaleza
Sem legislação própria, o tráfico humano com origem nas redes sociais é desafio para o Governo, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Dos 28 inquéritos do tráfico de seres humanos investigados pela Polícia Federal em Fortaleza, a maioria está relacionada a fins sexuais
Cotidiano, página 3

buchicho comes & bebe
TOQUE ITALIANO, PARA QUEM GOSTA DE MASSAS, FORNHEIRA CORNÊL AND CHICKEN AO MURILLO PÁGINAS 4 E 5

FORTALEZA
CIDADE AMANHÃ
HOJE
Atualização em tempo real

COTIDIANO PÁGINA 3
Tráfico humano. Polícia Federal investiga 28 casos em Fortaleza
Tráfico de seres humanos tem 28 inquéritos abertos em Fortaleza. O crime, com origem nas redes sociais, é desafio para o Governo

Laiana Severo
laiana.severo@pf.gov.br

redes sociais têm mostrado seu poder de sedução.
"Elas (as redes) estão, sim, atraindo nossas crianças e adolescentes com ofertas de trabalho como modelo, dançarinos, jogador de futebol". Portanto, para a coordenadora, o tráfico hoje, "é um crime multifacetado que pode atingir, inclusive, pessoas de altos níveis intelectuais, como estudantes de medicina que podem ser seduzidos por propostas de intercâmbio acadêmico".

Legislação
Guilherme Calmon afirma, também, que a legislação que trata sobre o tráfico de pessoas não acompanhou os avanços tecnológicos dos últimos anos. Ele cita que as denúncias do crime na Internet são inseridas na mesma lei que rege o tráfico "tradicional" e que o problema é algo que deve ser estudado "para o futuro". "Existe um projeto de lei tramitando no Congresso sobre um possível novo Código Penal e ele prevê os crimes cibernéticos. Mas, por enquanto, não há previsão de atualização", lamenta.

Juliana Pacheco, chefe da Delegacia de Defesa Institucional da Polícia Federal em Fortaleza, informou que investigações sobre o tráfico de pessoas na Internet são feitas, geralmente, após o recebimento de denúncia. E concluiu que a falta de legislação específica dificulta o trabalho. "Se não houver mais porque a gente consegue aplicar no artigo 231 do Código Penal, que condena o tráfico independente de onde ele esteja sendo agenciado", explicou.

Levantamento
Dados de Tarcísio das Neves Unidos sobre Drogas e Crimes (UNODC) indicam que quadrilhas traficantes exploram 2,4 milhões de pessoas no mundo, com lucros que alcançam US\$ 32 bilhões anuais. Além disso, 40% das vítimas são mulheres e 53% dos casos são de exploração sexual.

VALE MAIS A PENA TRAFICAR UMA PESSOA DO QUE DROGAS, PORQUE O TRÁFICO DE DROGAS TEM PENA DE ATÉ 15 ANOS. O DE PESSOAS, ATÉ SEIS, OITO ANOS*

Guilherme Calmon, do CNU

Crime lidera denúncias em Fortaleza
O tráfico humano pode ter várias finalidades, como a prostituição e exploração sexual, os trabalhos forçados, a servidão ou a remoção de órgãos. Dos 28 inquéritos que estão por investigação da Polícia Federal (PF) em Fortaleza, a maioria tem relação com o tráfico para fins sexuais, conforme a chefe da Delegacia de Defesa Institucional da PF, Juliana Pacheco. A maior dificuldade de combater o problema, segundo Juliana, é que as vítimas, iludidas pelas promessas de melhoria de vida, não podem ser inquiridas de seu próprio "deslumbre", ela é enganada. Se ela vai, é porque quer ir. A gente não pode inquirir. Depois de explorada é que ela comunica (a Polícia). Daí nem comunica", pondera.

No último dia 23, O Povo divulgou que o número de denúncias de tráfico humano não reflete a realidade do Estado. Em 2014, a Seje contabilizou 35 queixas possivelmente relacionadas ao tráfico. Neste ano, quatro pessoas que apresentaram denúncias estão sendo acompanhadas pelo órgão. "Algumas passaram por acompanhamento processual, de inquéritos policiais, e outras recebem orientações sobre direitos dos imigrantes", disse Lúcia Xerez, coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) da Seje.

TRT/CE nas redes sociais digitais

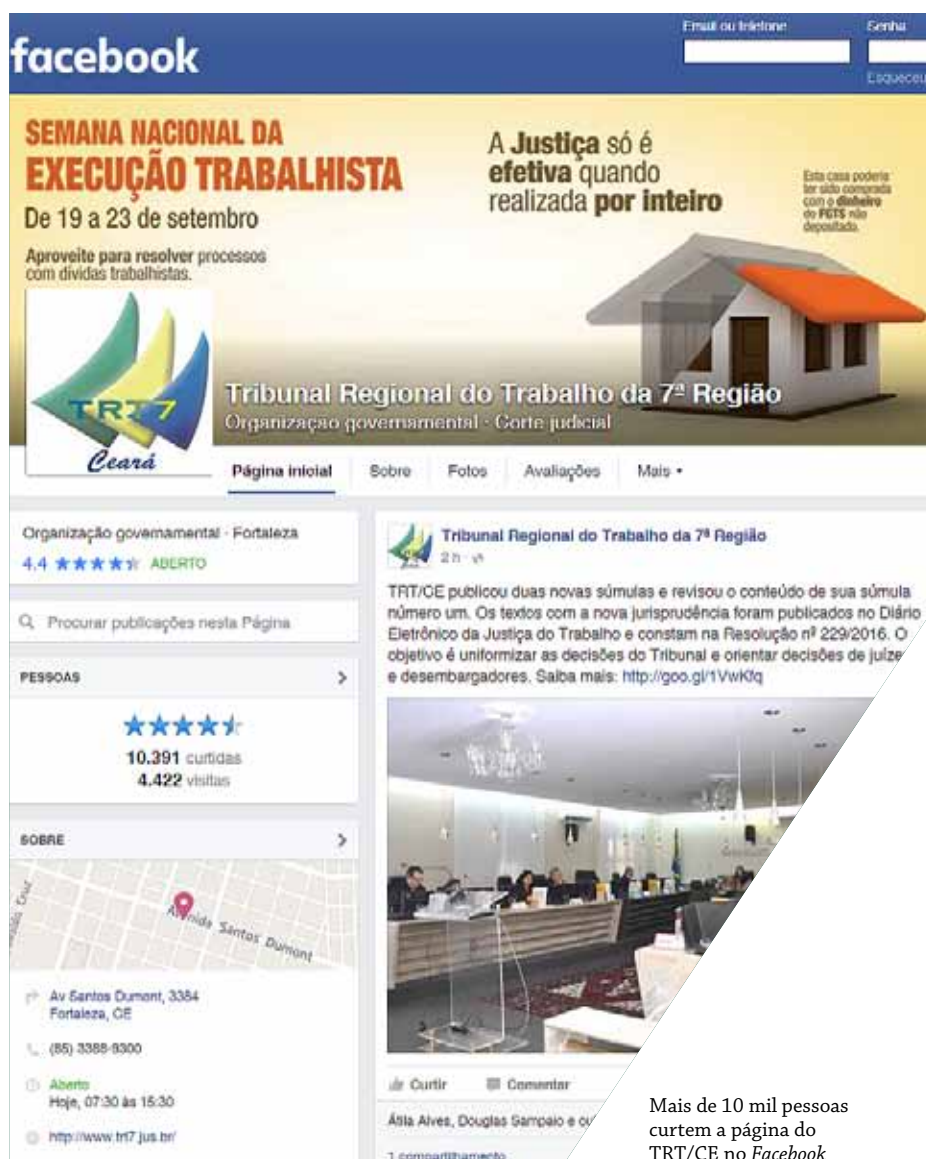


Na sociedade contemporânea, a circulação de informações dá-se, cada vez mais, por meio das novas mídias digitais, em substituição aos antigos meios de comunicação de massa. O crescimento do acesso à internet no Brasil é uma das razões por trás disso, o que tem levado as instituições a utilizarem a rede mundial de computadores em caráter definitivo.

Em meio a esse cenário, há mais de cinco anos o TRT/CE vem ampliando sua presença nas redes sociais digitais, muitas vezes utilizando esses canais como meios protagonistas em suas campanhas de comunicação. Com o objetivo de aproximar-se cada vez mais do cidadão, nas redes sociais são divulgadas informações importantes sobre temas trabalhistas, legislação do trabalho, oferta de cursos e seminários e sobre divulgação de eventos.

Facebook - Na gestão 2014-2016, a página do TRT/CE no Facebook ganhou cerca de três mil novos curtidores, passando de aproximadamente sete mil para dez mil. O público é composto por 51% de mulheres, e 42% das pessoas têm entre 25 e 34 anos de idade. O alcance total orgânico (gratuito) médio é de 1.615 pessoas por publicação.

Twitter - O número de seguidores do TRT/CE no microblog subiu de 7.500 para 9 mil, o que dá uma média de quatro novos seguidores por dia. Desses, 62% são do sexo masculino. O número acumulado



Mais de 10 mil pessoas curtem a página do TRT/CE no Facebook

O número de seguidores do TRT/CE no Twitter subiu de 7.500 para 9 mil, o que dá uma média de quatro novos seguidores por dia

de publicações na plataforma é de 1.900 tweets, que apresentam uma média de 675 impressões, isto é, o número de vezes que uma publicação é vista pelos usuários.

Youtube - No mesmo período, o canal da Justiça do Trabalho do Ceará no Youtube acumulou 120 mil exibições. O número de assinantes subiu de 320 para aproximadamente 650, dos quais 60% são homens. Cerca de 43%

dos usuários chegam aos nossos vídeos por meio de sugestões do próprio site, enquanto 28% vêm de pesquisa específica no Youtube e 29% de pesquisas em sites de busca externos.

Flickr - No canal de compartilhamento de fotos, foram publicadas 900 imagens da gestão 2014-2016, deixando a página do TRT/CE com 4.300 fotografias dos eventos e das ações promovidas pelo órgão.

Melhorias no portal



■ O site da TRT/CE passou por diversas mudanças na gestão 2014-2016 com o objetivo de ampliar o acesso aos principais conteúdos do portal, dar mais destaque às notícias e melhorar a navegabilidade como um todo.

Na nova proposta, as duas principais notícias ganharam destaque no centro da página pelo acréscimo de foto para ilustrar as matérias. Os banners rotativos (imagens com material de divulgação institucional) subiram ao topo da página, o que permitiu que outros menus que estavam mais abaixo ganhassem posição com mais evidência.

Na parte central de informações, logo abaixo do campo de notícias, foi dado destaque à exibição de vídeos e áudios, que ficam permanentemente divulgando programas e campanhas da Justiça do



As modificações no site do TRT/CE foram feitas gradualmente, de modo a não descaracterizar o design de uma só vez

Trabalho. Esse novo formato permite que o usuário assista ou ouça os conteúdos sem precisar sair do site do TRT/CE para outra plataforma.

Na parte de baixo da página, há outra novidade: um mapa que apresenta todos os menus disponíveis no site ao mesmo tempo.

Em maio de 2016, outra inovação chegou ao portal. O TRT/CE passou a disponibilizar o conteúdo de seu site em Libras, a Linguagem Brasileira de Sinais, por meio de um aplicativo específico. A ferramenta é voltada para pessoas surdas cuja principal forma de comunicação é a linguagem de sinais.

Notícias - Durante a gestão 2014-2016, foram publicadas 492 notícias no portal do TRT/CE. O site da Justiça do Trabalho cearense recebeu mais de 2,9 milhões de visitas, sendo cerca de 857 mil visitantes únicos no período, de acordo com monitoramento do Google Analytics.

Direitos trabalhistas no ar

■ O Minuto do Trabalho, programa de rádio do TRT/CE, manteve-se como um dos principais canais de divulgação de direitos trabalhistas promovidos pela Justiça do Trabalho do Ceará.

Veiculado nas manhãs de segunda a sexta-feira na rádio O Povo/CBN, o quadro, que é previamente gravado, traz um juiz do trabalho explicando em linguagem informal os direitos e deveres de empregados e patrões.

Com duração de um minuto e alcance em toda a Região Metropolitana de

Fortaleza, o programa foi veiculado cerca de 440 vezes durante a gestão 2014-2016.

A parceria entre o TRT/CE e o grupo O Povo vai além do Minuto do Trabalho. Há mais de três anos, o órgão é convidado quinzenalmente para participar do quadro Justiça do Trabalho, dentro do programa Revista O Povo/CBN. Sempre com entrevistas ao vivo, um juiz do trabalho responde a dúvidas dos ouvintes sobre direitos trabalhistas e sobre serviços oferecidos à população.



A juíza Rossana Talia Modesto Gomes Sampaio, titular da 1ª Vara do Trabalho de Maracanaú, participou ao vivo do programa Revista O Povo/CBN, em outubro de 2014

